

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	16
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	21
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	22
2.5 Medições não contábeis	24
2.6 Eventos subsequentes as DFs	25
2.7 Destinação de resultados	26
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	28
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	29
2.10 Planos de negócios	30
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	39
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	41
5.2 Descrição dos controles internos	48
5.3 Programa de integridade	52
5.4 Alterações significativas	56
5.5 Outras informações relevantes	57

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com (i) as demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresentou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

Exercício findo em 31 de dezembro de

(Em milhões de R\$, exceto os índices)	2022	2021
Lucro Líquido	581	533
EBITDA ⁽¹⁾	1051	851
Patrimônio Líquido	1.405	1.513
Endividamento bruto ⁽²⁾	2.344	1.874
Endividamento líquido ⁽³⁾	2.088	1.705
Caixa e equivalentes de caixa (considera títulos e valores mobiliários circulante e não circulante)	256	169
Índice endividamento líquido/endividamento bruto + Patrimônio líquido ⁽⁴⁾	0,6	0,5
Índice endividamento líquido/EBITDA ⁽⁵⁾	2	2

(1) EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM 156/22 conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR. O EBITDA consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"). O EBITDA não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para reconciliação do EBITDA para o lucro líquido, verificar a seção "2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras".

(2) O endividamento bruto refere-se à soma do saldo de empréstimos e financiamentos (incluindo encargos), debêntures e instrumentos financeiros derivativos, líquidos (circulante e não circulante). Para reconciliação do endividamento bruto, verificar a seção "2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras".

(3) O endividamento líquido corresponde ao endividamento bruto deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o endividamento líquido de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Endividamento Líquido é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira. Para reconciliação do endividamento líquido, verificar a seção "2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras".

(4) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pela soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido consolidado.

(5) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022

No âmbito financeiro, a Companhia registrou em 2022 lucro líquido de R\$581 milhões, 9% superior ao registrado em 2021. Em Dezembro de 2022, a dívida líquida da Neoenergia Cosern, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2.088 milhões (dívida bruta de R\$ 2.344 milhões), apresentando crescimento de 22% (R\$ 382 milhões) em relação a dezembro de 2021. Em relação a segregação do saldo devedor, a NeoenergiaCosern possui 85% da dívida contabilizada no longo prazo e 15% no curto prazo.

Índices de Liquidez	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	1,05	0,93
Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoques/Passivo Circulante)	1,05	0,93

Adicionalmente, caso se identifique a necessidade de acessar o mercado para financiar seus investimentos ou para captar recursos para capital de giro, os diretores da Companhia entendem que a Neoenergia Cosern tem capacidade para contratá-los, visto que atualmente tem acesso a fontes de financiamento para o desenvolvimento de seus negócios.

Outros eventos relacionados a situações não administráveis pela Companhia são comentados nos itens subsequentes, assim como seus potenciais efeitos sobre a liquidez.

a. Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia teve a seguinte evolução no último exercício social:

Estrutura de Capital	Exercício Social terminado em			
	2022		2021	
	R\$ MM	%	R\$ MM	%
Capital de Terceiros	3.863	73,33%	3.679	70,86%
Capital Próprio	1.405	26,67%	1.513	29,14%
Total	5.268	100%	5.192	100%

Em 31 de dezembro de 2022, a participação de terceiros representava 73,33% do passivo total da Companhia, 60,7% deste valor é referente a sua dívida bruta, refletindo os investimentos em crescimento orgânico, aquisições e instalações de novos equipamentos em unidades existentes.

b. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Neoenergia Cosern apresenta capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e médio prazo, pois adota uma política financeira robusta que busca manter um montante de dívida, estrutura de amortização e prazo médio compatíveis com o ciclo econômico de suas atividades.

As dívidas da Companhia têm aval de sua controladora, a Neoenergia S.A. Os contratos com cláusulas de covenants estão sujeitos aos índices apurados no nível individual e na Holding Neoenergia e esses são apresentados logo abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Indicador Cosern	Neoenergia	Valores em R\$ MM	
		2022	2021
Dívida Líquida		2.088	1.705
EBITDA		1.051	851
Dívida Líquida/EBITDA		1,99	2,00

Fonte: DFP

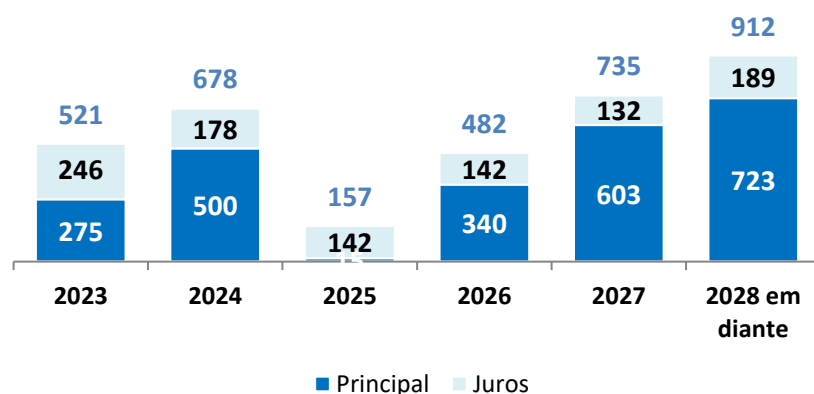
Indicador Neoenergia	2022	2021
Dívida Líquida/EBITDA	3,15	3,12

Fonte: DFP Neoenergia.

Cronograma de amortização, com data-base de 31/12/2022 (em R\$ milhões):

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas de mercado futuro para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2022. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas informações contábeis de 31 de dezembro de 2022, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.

R\$ Milhões



	Principal	Juros	Instrumentos derivativos	Total
2023	366.635	211.817	(58.062)	520.390
2024	548.071	166.877	(37.476)	677.472
2025	15.437	142.466	-	157.903
2026	340.000	142.135	-	482.135
2027	602.654	132.447	-	735.101
Entre 2027 e 2031	578.761	140.855	-	719.616
Entre 2032 e 2036	95.952	42.542	-	138.495
2037 em diante	47.976	5.447	-	53.423
Total	2.595.486	984.587	(95.537)	3.484.535

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 27 de março de 2023, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em “BB-” na Escala Global e ‘brAAA’ na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

c. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não circulantes e no capital de giro, a Companhia se utiliza da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros.

A Companhia tem como premissa da sua política financeira diversificar as fontes de financiamento de seus investimentos e capital de giro junto a bancos comerciais, organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB, FINEP, BEI, dentre outros.

A possibilidade de enquadramento prioritário de lastro de capex para posterior emissão de debêntures incentivadas pela Lei 12.431 para o segmento de distribuição foi ampliada pela Portaria MME nº 505, de 24 de outubro de 2016, e posteriormente atualizada pela Portaria MME nº 245 de 27 de junho de 2017. Desde então a companhia vem considerando também esse instrumento como forma de financiamento alternativo ou complementar ao financiamento com os bancos de fomento.

Os Diretores da Companhia esclarecem, por fim, que estas operações financeiras são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente do passivo financeiro.

Abaixo estão as captações realizadas em 2022 (em R\$ mil):

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
Contratos de Dívida no Mercado Nacional			
<i>Financiamento</i>	15/06/2040	IPCA	125.085
Taxa Média/Subtotal		9,91%	125.085
Total e taxa média		9,91%	125.085

Nota: A taxa média calculada considera a ponta passiva das dívidas em moeda estrangeiras, e a conversão dos indexadores a uma taxa nominal, considerando o mês da contratação.

A seguir apresentamos as emissões no mercado de capitais realizadas em 2022 (em R\$ mil):

Ativo	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
10ª Emissão de Debêntures – 1ª Série (CSRNA0)	jul/27	CDI + 1,28	500.000
10ª Emissão de Debêntures – 2ª Série (CSRNB0)	jul/29	CDI + 1,4	80.000
10ª Emissão de Debêntures – 3ª Série (CSRNC0)	jul/29	IPCA + 6,6230	220.000
Total			800.000

Para informações mais detalhadas sobre os contratos relevante financiamento da Companhia utilizadas pela Companhia, vide alínea (f) deste item.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Faz parte da estratégia da Companhia acompanhar e ajustar os compromissos financeiros a geração de caixa, evitando dessa forma captações de curto prazo. Eventualmente pequenas operações podem ser realizadas apenas com o objetivo de equacionamento de fluxo de caixa.

Ainda que a Direção entenda que possui uma gestão de caixa conservadora, a Companhia poderá avaliar a manutenção de linhas de *Credit Facility* junto a algumas instituições financeiras, contratadas para cobrir eventuais necessidades.

A Diretoria acredita, com base em seus atuais planos operacionais e de investimento, que o saldo e a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros, provenientes de contratos financeiros junto às instituições financeiras de primeira linha e/ou através de instrumentos financeiros junto ao mercado de capitais, tanto local como exterior, quando necessário, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como, por exemplo, expansão orgânica, compra de equipamentos, dentre outros.

A Companhia pretende manter a estratégia adotada nos últimos anos com a concentração do financiamento dos planos de investimento via bancos de fomento, organismos multilaterais e possíveis emissões de debêntures de infraestrutura. Para Capital de Giro os instrumentos comumente utilizados pela Companhia são: Cédulas de Crédito Bancário (CCB), Linhas de 4131 com Swap, Notas Promissórias e Debêntures.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

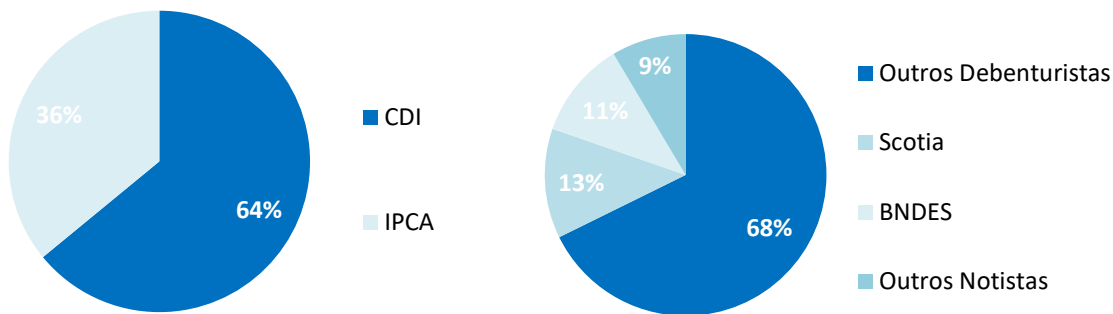
Faz parte da política de riscos financeiros do Grupo Neoenergia, buscar constantemente alongamento de prazo e redução de custos da sua dívida. O endividamento total da Companhia é composto pelo somatório do passivo circulante e do passivo não circulante, conforme apresentado na tabela abaixo:

Estrutura de Capital	Exercício Social terminado em			
	2022		2021	
	R\$ MM	%	R\$ MM	%
Passivo Circulante	1.164	30,13%	1.584	43,05%
Passivo Não Circulante	2.699	69,87%	2.095	56,95%
Total	3.863	100%	3.679	100%

i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

Os gráficos e tabela abaixo apresentam as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em 31 de dezembro de 2022 por credor:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



A tabela abaixo apresenta os contratos de empréstimo e financiamento mais relevantes:

Credor	Início	Vencimento	Valor do Principal	Saldo em 31/12/2022
Outros Debenturistas	2017 a 2022	2023 a 2029	1.565.687	1.585.634
Scotia	2018 a 2021	2023 a 2024	348.959	294.997
BNDES	2021	2027 a 2040	260.071	260.890
Outros Notistas	2021	2026 a 2028	200.000	200.069
				2.341.591

Os contratos de empréstimos são utilizados em geral para capital de giro. O principal contrato de empréstimo vigente em 31 de dezembro de 2022 é:

i. Neoenergia Cosern x Scotia: em 21 de novembro de 2018, a Neoenergia Cosern realizou captação de recursos por meio de empréstimo realizado junto ao Scotia Bank, na modalidade Step-up Loan com base na Resolução 4.131 do Banco Central do Brasil. A operação foi contratada no valor total de R\$ 349.999 mil com juros semestrais e amortização anual a partir de 2022, com vencimento em 21 de novembro de 2023. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foi contratada uma operação de swap para CDI com mesmo fluxo de liquidação do financiamento cuja contraparte é o próprio Scotia Bank.

Os contratos de financiamentos são voltados para investimentos em infraestrutura. O principal contrato de financiamento vigente em 31 de dezembro de 2022 foi captado junto ao BNDES: Neoenergia Cosern x BNDES: os programas de financiamento da distribuidora totalizam R\$387.554.000,00 de valor contratado junto ao BNDES. São contratos de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo que são destinados a investimentos voltados para infraestrutura (implantação ampliação e modernização de ativos fixos; aquisição de máquinas e equipamentos; estudos e projetos de engenharia; investimentos ambientais e em P&D).

As emissões de mercado de capitais representam 76% do endividamento bruto em 31 de dezembro de 2022 e as principais operações estão descritas a seguir:

Neoenergia Cosern - 7ª emissão de debêntures (duas séries): em 15 de outubro de 2017, a Neoenergia Cosern realizou a captação para a 7ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$271.438.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2022; a segunda com valor de R\$98.562.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2024. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Neoenergia Cosern - 9ª emissão de debêntures (três séries): em 22 de maio de 2019, a Neoenergia Cosern realizou a captação para a 9ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$179.500.000,00 e vencimento em 17 de abril de 2026; a segunda com valor de R\$38.500.000,00 e vencimento em 17 de abril de 2029, a terceira com valor de R\$282.000.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2024. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

Neoenergia Cosern – 1ª Emissão de Notas Comerciais (duas séries): em 22 de dezembro de 2021, a Neoenergia Cosern realizou a captação para a 1ª Emissão de Notas Comerciais, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 66.667.000,00 e vencimento em 21 de dezembro de 2026; a segunda com valor de R\$ 133.333.000,00 e vencimento em 20 de dezembro de 2028. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento (emissão verde).

Neoenergia Cosern – 10ª emissão de debêntures (três séries): em 15 de julho de 2022, a Neoenergia Cosern realizou a captação para a 10ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 500 milhões e vencimento em 15 de julho de 2027; a segunda com valor de R\$ 80 milhões e vencimento em 15 de julho de 2029; e a terceira com valor de R\$ 220 milhões e vencimento em 15 de julho de 2029. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para capital de giro (primeira e segunda série) e investimento (terceira série).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços bancários com diversas instituições financeiras a exemplo de contratos de arrecadação de faturas de energia elétrica, de administração de contas, de escrituração de ações e debêntures, de conta corrente e transferências bancárias e de prestação e/ou administração de garantias, de administração e gestão de recursos em fundos exclusivos, derivativos, etc. Todos os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram descritos acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia possui dívidas de natureza quirografária e de natureza real, cujas garantias são constituídas principalmente por aval da Neoenergia, fundos vinculados à dívida ou cessão, vinculação e centralização de recebíveis.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos financeiros do Grupo Neoenergia possuem algumas restrições impostas pelos credores, tais como:

Limite de endividamento:

A maioria dos contratos restringe o endividamento apenas de forma indireta ao exigir o atendimento de certos indicadores financeiros, tais como Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Resultado Financeiro, que são apurados na Controladora Neoenergia.

Os contratos de financiamento celebrados com o BNDES para suportar investimentos possuem restrições para a contratação de novas dívidas sem prévia anuência do credor, caso o nível de alavancagem da Companhia, medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA, supere parâmetros pré-determinados.

Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações. Algumas dívidas destinadas a financiamento de projetos, tal

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

como dívidas do BNDES, possuem restrições para pagamentos de proventos acima do mínimo legal sem prévia anuência do credor.

Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. As dívidas captadas junto ao BNDES não permitem alterações societárias sem prévia anuência.

O Grupo Neoenergia monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. No entendimento da Companhia, as restrições dos últimos três exercícios foram atendidas de forma satisfatória.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia possui contratos de financiamento com saldo ainda não totalmente utilizado até 31/12/2022, conforme tabela abaixo:

Credor	Empresa	Valor Contratado (R\$ Mil)	Valor Utilizado (R\$ Mil)	Saldo Utilizado
BNDES	Neoenergia Cosern	387.554	252.585	65,17%

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras constantes nas demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Estas demonstrações financeiras foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes nos exercícios de 2020 e 2021 e pela DELOITTE Auditores Independentes no exercício de 2022, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Demonstração do Resultado (Valores em R\$ mil)

Comparação das Demonstrações de Resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	AH%	AV%	2021	AH%	AV%
RECEITA BRUTA	4.829.799	-2%	136%	4.945.481	28%	137%
(-) Deduções da receita bruta	(1.286.030)	-3%	-36%	(1.329.681)	26%	-37%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.543.769	-2%	100%	3.615.800	29%	100%
Custo do serviço	(2.456.166)	-10%	-69%	(2.726.252)	27%	-75%
LUCRO BRUTO	1.087.603	22%	31%	889.548	39%	25%
Perdas de créditos esperadas	(11.746)	68%	0%	(6.995)	108%	0%
Despesas com vendas	(38.619)	-1%	-1%	(39.140)	-1%	-1%
Despesas gerais e administrativas	(136.102)	10%	-4%	(123.545)	-4%	-3%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	901.136	25%	25%	719.868	54%	20%
Resultado financeiro	(180.065)	159%	-5%	(69.556)	27%	-2%
Receita financeira	107.690	58%	3%	68.191	14%	2%
Despesa financeira	(260.790)	38%	-7%	(189.312)	27%	-5%
Outros resultados financeiros, líquidos	(26.965)	-152%	-1%	51.565	47%	1%
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	721.071	11%	20%	650.312	57%	18%
Imposto de renda e contribuição social	(140.332)	19%	-4%	(117.778)	64%	-3%
Corrente	(65.683)	7%	-2%	(61.127)	26%	-2%
Diferido	(74.649)	32%	-2%	(56.651)	144%	-2%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	580.739	9%	16%	532.534	56%	15%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita Líquida (Valores em R\$ mil)

COMPONENTES DA RECEITA BRUTA	2022	AH%	AV%	2021	AH%	AV%
Fornecimento de energia	1.901.901	1%	54%	1.891.638	18%	52%
Disponibilidade da rede elétrica	2.136.261	8%	60%	1.984.406	27%	55%
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	71.252	-27%	2%	97.341	10%	3%
Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE	-	-100%	0%	46.165	-8%	1%
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais	(53.168)	-115%	-2%	344.211	336%	10%
Receita de Construção	506.856	33%	14%	379.687	2%	11%
Valor de reposição estimado da concessão	207.076	36%	6%	152.030	166%	4%
Outras Receitas	59.621	19%	2%	50.003	22%	1%
Total da Receita Bruta	4.829.799	-2%	136%	4.945.481	28%	137%
(-) Deduções da receita bruta	(1.286.030)	-3%	-36%	(1.329.681)	26%	-37%
Total receita operacional líquida	3.543.769	-2%	98%	3.615.800	29%	100%

A composição da receita operacional líquida da Companhia é a seguinte:

Fornecimento de Energia Elétrica

O fornecimento de energia elétrica, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 1.901.901 mil, que representa 54% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 1% (R\$ 10.263 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.891.638 mil), variação sem impactos relevantes.

O fornecimento de energia elétrica, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 1.891.638 mil, que representa 52% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 18% (R\$ 290.682 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.600.956 mil) em função, principalmente: (i) acréscimo da receita de fornecimento de energia, impactada principalmente pelo aumento do consumo das Classes Residencial (74 GWh), Comercial (51 GWh), Rural (70 GWh), Poder público (26 GWh).

Disponibilidade da rede elétrica

A disponibilidade da rede elétrica, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 2.136.261 mil, que representa 60% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 8% (R\$ 151.855 mil), quando comparado a 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.984.406 mil), devido o efeito do reajuste tarifário.

A disponibilidade da rede elétrica, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 1.984.406 mil, que representa 55% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 27% (R\$ 423.265 mil), quando comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.561.141 mil), devido à receita de uso de rede elétrica (cativo) e efeito do reajuste tarifário.

Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 71.252 mil, que representa 2% do total da receita operacional líquida, apresenta uma redução de 27% (R\$ 26.089 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 97.341 mil) em função, principalmente das sobras contratuais, que apesar do aumento de 110GWh para 112GWh, houve redução no PLD médio NE de R\$ 269,37MWh para R\$ 58,84MWh e impactado também pela diferença de preços entre os submercados.

A venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 97.341 mil, que representa 3% do total da receita operacional líquida, apresenta um acréscimo de 10% (R\$ 8.473 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 88.868 mil) em função, principalmente das sobras contratuais, que apesar da redução de sobras de 622 GWh para 380 GWh, houve um aumento no PLD, impactado pela diferença de preços entre os submercados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

Os valores dos efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais, em 31 de dezembro de 2022, no montante negativo de R\$ 53.168 mil, que representa 2% do total da receita operacional líquida, apresenta uma redução de 115% (R\$ 397.379 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 344.211 mil), em função, principalmente, CVA de energia (R\$ 231.652 mil), redução das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo; (ii) redução da CVA de ESS (R\$ 453.905 mil); (iii) aumento da sobrecontratação (R\$ 173.512 mil); (iv) reconhecimento da bandeira escassez hídrica em 2022 (R\$ 114.987 mil).

Os valores dos efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais, em 31 de dezembro de 2021, no montante positivo de R\$ 344.211 mil, que representa 10% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 336% (R\$ 265.243 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 78.968 mil), em função, principalmente, do aumento do custo e encargos de energia.

Receita de Construção

A receita de construção, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 506.856 mil, que representa 14% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 33% (R\$ 127.169 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 379.687 mil) em função, do maior volume de investimentos no ano de 2022, sem impacto no resultado, pois se compensa com o mesmo valor no custo.

A receita de construção, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 379.687 mil, que representa 11% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 2% (R\$ 6.947 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 372.740 mil) em função, do maior volume de investimentos no ano de 2021, sem impacto no resultado, pois se compensa com o mesmo valor no custo.

Valor de reposição estimado da concessão

O valor de reposição estimado da concessão, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 207.076 mil, que representa 6% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 36% (R\$ 55.046 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 152.030 mil), em função de: (i) adequação do ativo financeiro mediante estimativa de BRR (Base de Remuneração Regulatória), (R\$108.864)); e (ii) impactado negativo em função da redução do índice IPCA (R\$ 53.818 mil).

O valor de reposição estimado da concessão, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 152.030 mil, que representa 4% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 166% (R\$ 94.771 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 57.259 mil), em função de: (i) impactado positivo em função do aumento do índice IPCA.

Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta, em 31 de dezembro de 2022, no montante negativo de R\$ 1.286.030 mil, apresenta uma redução de 3% (R\$ 43.651 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.329.681 mil) em função, principalmente de: (i) ICMS (R\$ 55.778 mil), em função da redução na receita de fornecimento faturado e da alíquota do ICMS de 27% para 18% em 2022 (LC nº 194/2022); (ii) redução do PIS/COFINS (R\$ 80.253 mil), em função do efeito da alíquota efetiva; e (iii) CDE (R\$ 86.076 mil) devido ao aumento das cotas.

As deduções da receita bruta, em 31 de dezembro de 2021, no montante negativo de R\$ 1.329.681 mil, apresenta um aumento de 26% (R\$ 272.408 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.057.273 mil) em função, principalmente de: (i) ICMS (R\$ 143.590 mil), em função do

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aumento na receita de fornecimento faturado; (ii) PIS/COFINS (R\$ 93.032 mil), em função do efeito da alíquota efetiva; e (iii) CDE (R\$ 28.482 mil) devido ao aumento das cotas.

Custos e Despesas Operacionais (Valores em R\$ mil)

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	2022	AH%	AV%	2021	AH%	AV%
Energia elétrica comprada para revenda	(1.292.476)	-19%	49%	(1.592.232)	22%	55%
Encargos de uso do sistema transmissão	(367.141)	-25%	14%	(491.366)	100%	17%
Não Gerenciáveis	(1.659.617)	-20%	63%	(2.083.598)	34%	72%
Pessoal e benefícios a empregados	(140.841)	7%	5%	(131.096)	10%	5%
Administradores	(2.615)	18%	0%	(2.223)	-40%	0%
Serviços de terceiros	(143.709)	7%	5%	(133.806)	3%	5%
Depreciação e amortização	(150.346)	15%	6%	(131.142)	26%	5%
Impostos, taxas e contribuições	(1.380)	-27%	0%	(1.885)	4%	0%
Perdas de créditos esperadas	(11.746)	68%	0%	(6.995)	108%	0%
Custo de construção	(506.856)	33%	19%	(379.687)	2%	13%
Outros	(25.523)	0%	1%	(25.500)	-32%	1%
Gerenciáveis	(983.016)	21%	37%	(812.334)	5%	28%
Total	(2.642.633)	-9%	100%	(2.895.932)	25%	100%

A composição dos custos e despesas da Companhia é a seguinte:

Energia elétrica comprada para revenda

A energia elétrica comprada para revenda, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 1.292.476 mil, apresenta uma redução de 19% (R\$ 299.756 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.592.232 mil) em função, principalmente de: (i) contratos de compras de energia (R\$ 186.068 mil), redução da Parcela Variável; (ii) Energia CCEE (R\$ 157.489 mil), redução do risco hidrológico, condomínio virtual e excedente financeiro; (iii) aumento do crédito do PIS/COFINS (R\$ 21.397 mil); (iv) PROINFA (R\$ 17.861 mil), aumento conforme REH ANEEL nº 2.995/2021, de 14.12.2021; (v) aumento de ressarcimento de energia (R\$ 4.230 mil), variação da geração térmica; e (vi) aumento da Garantia financeira de leilão (R\$ 313 mil).

A energia elétrica comprada para revenda, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 1.592.232 mil, apresenta um aumento de 22% (R\$ 285.349 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.306.883 mil) em função, principalmente de: (i) contratos de compras de energia (R\$ 349.626 mil), reajuste das tarifas dos geradores e aumento do custo médio de CCGF e principalmente pelo aumento da Parcela Variável; (ii) Energia CCEE (-R\$ 20.688 mil), redução do excedente financeiro decorrente do equilíbrio dos PLDs entre submercados; (iii) PIS/COFINS (-R\$ 41.323 mil); (iv) PROINFA (R\$ 6.740 mil), aumento conforme REH Aneel 2.815/20, de 08.12.2020; (v) Ressarcimento de energia (-R\$ 9.093 mil), variação de geração térmica; e (vi) Garantia financeira de leilão (R\$ 241 mil).

Encargos de uso do sistema transmissão

Os encargos de uso do sistema de transmissão, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 367.141 mil, apresenta uma redução de 25% (R\$ 124.225 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 491.366 mil) em função, principalmente de: (i) encargos da rede básica (R\$ 3.670 mil), redução dos custos com conexão RH 3.025/22; (ii) ESS (R\$ 203.319 mil), redução dos custos do ESS Brasil; (iii) redução do crédito PIS/COFINS (R\$ 3.325 mil); (iv) redução do encargo MUST penalidade (R\$ 121 mil); e (v) aumento do CONER/EER (R\$ 85.967 mil), pagamento de Encargo de Energia de Reserva.

Os encargos de uso do sistema de transmissão, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 491.366 mil, apresenta um aumento de 100% (R\$ 245.266 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 246.100 mil) em função, principalmente de: (i) encargos da rede básica (R\$ 54.508 mil), aumento da demanda contratada e reajuste das tarifas a partir de jul/20 conforme REH

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Aneel 2.726/2020 e aumento dos custos com conexão (REH Aneel 2.858/2021, de 22.04.2021); (ii) ESS (R\$ 228.664 mil), aumento do ESS Brasil ; (iii) redução do crédito PIS/COFINS (R\$ 20.847 mil); (iv) redução do encargo MUST penalidade (R\$ 128 mil); e (v) redução do CONER/EER (R\$ 17.084 mil), devido Coner, repasse de excedente de energia de Reserva.

Pessoal, Administradores e Benefício pós-emprego

As contas de pessoal, administradores e benefício pós-emprego, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 143.456 mil, apresenta um aumento de 8% (R\$ 10.137 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 133.319 mil) em função, principalmente, do reajuste salarial (ACT), e aumento do quadro de pessoal, parcialmente compensado com o aumento das transferências para ordens, com destaques para o incremento de colaboradres e horas apontadas.

As contas de pessoal, administradores e benefício pós-emprego, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 131.096 mil, apresenta um aumento de 10% (R\$ 11.509 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 119.587 mil) em função, principalmente, do reajuste salarial em nov/21 e compartilhamento de pessoal.

Serviços de terceiros

Os serviços de terceiros, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 143.709 mil, apresenta um aumento de 7% (R\$ 133.806 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 9.903 mil) em função, principalmente de: (i) leitura medidores, impressão e entrega de contas de nergia elétrica (R\$ 2.583 mil); (ii) serviços técnicos e manutenções (R\$ 4.884 mil); (iii) atendimento e teleatendimento (R\$ 1.552 mil).

Os serviços de terceiros, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 133.806 mil, apresentou um aumento de 3% (R\$ 3.809 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 129.997 mil) em função, principalmente de: (i) aumento de desligação e religação (R\$ 4.347 mil); (ii) aumento de inspeção técnica de medição, efetuado por terceiro (R\$ 3.687 mil); (iii) redução de encerramento de ordem - serviços de terceiro (R\$ 1.690 mil); (iv) redução de servicos juridicos-pessoa jurídica (R\$ 1.876 mil); e (v) redução processamento de dados (R\$ 2.358 mil).

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 150.346 mil, apresenta um aumento de 15% (R\$ 19.204 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 131.142 mil), devido ao aumento na base de ativos amortizáveis.

A depreciação e amortização, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 131.142 mil, apresenta um aumento de 26% (R\$ 26.733 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 104.409 mil), devido ao aumento na base de ativos amortizáveis.

Perdas de créditos esperadas

A PCE, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 11.746 mil, apresenta um aumento de 68% (R\$ 4.751 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 6.995 mil), devido aumento da provisão significativa na receita, em virtude do reajuste tarifário e acréscimo de bandeira (crise hídrica), além do impacto negativo da atualização da curva de inadimplência para o ano de 2022.

A PCE, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 6.995 mil, apresenta um aumento de 108% (R\$ 3.628 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020, devido à padronização dos critérios de aging e clientes com longo histórico de inadimplência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custo de construção

O custo de construção, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 506.856 mil, apresenta um aumento de 33% (R\$ 127.169 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 379.687 mil), não tem efeito no resultado, pois se compensa com o mesmo valor na receita.

Os custos de construção, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 379.687 mil, apresenta um aumento de 2% (R\$ 6.947 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 372.740 mil), não tem efeito no resultado, pois se compensa com o mesmo valor na receita.

Resultado Financeiro (Valores em R\$ mil)

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	2022	AH%	AV%	2021	AH%	AV%
Renda de aplicações financeiras	42.366	329%	-24%	9.870	34%	-14%
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	44.596	-10%	-25%	49.568	-4%	-71%
Atualização do ativo/passivo financeiro setorial	18.662	110%	-10%	8.904	-1174%	-13%
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(5.028)	35%	3%	(3.730)	16%	5%
Despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos	(254.631)	122%	141%	(114.780)	63%	165%
Atualização provisão para contingências/ depósitos judiciais	(1.957)	-67%	1%	(5.980)	-70%	9%
Outras receitas (despesas) financeiras	(24.073)	80%	13%	(13.408)	-30%	19%
Resultado Financeiro Líquido	(180.065)	159%	100%	(69.556)	27%	100%

A composição do resultado financeiro líquido da Companhia é a seguinte:

Renda de aplicações financeiras

As rendas de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 42.366 mil, apresentam um aumento de 329% (R\$ 32.496 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 9.870 mil), em função da aumento da quantidade de ativos aplicados.

As rendas de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 9.870 mil, apresentam um aumento de 34% (R\$ 2.519 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 7.351 mil), em função da aumento da quantidade de ativos aplicados.

Juros, comissões e acréscimo moratório de energia

Os juros, comissões e acréscimo moratório de energia, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 44.596 mil, apresentam uma redução de 10% (R\$ 4.972 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 49.568 mil), em função da redução da base dos recebíveis e do IPCA.

Os juros, comissões e acréscimo moratório de energia, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 49.568 mil, apresentam uma redução de 4% (R\$ 2.094 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 51.662 mil), variação sem impactos relevantes.

Atualização do ativo/passivo financeiro setorial

A atualização do ativo/passivo financeiro setorial, líquido, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 18.662 mil de receita, apresenta uma variação positiva de 110% (R\$ 9.758 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 8.904 mil de receita). Esse impacto favorável do resultado financeiro é em função do aumento do indexador SELIC.

A atualização do ativo/passivo financeiro setorial, líquido, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 8.904 mil de receita, apresenta uma variação positiva de 1174% (R\$ 9.733 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 829 mil de despesa). Esse impacto favorável do resultado financeiro é em função do aumento da base da remuneração financeira das CVA's e demais componentes financeiros.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos

As despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos, líquido, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 254.631 mil, apresentam uma variação líquida desfavorável de 122% (R\$ 139.851 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 114.780 mil). Esse aumento foi decorrente principalmente de: (i) aumento no volume da dívida (R\$ 52.261), (ii) redução dos juros incorporados aos investimentos (Juros sobre Obras em Andamento - JOA) (R\$ 1.129), (iii) aumento em função da variação dos principais indexadores - TJLP/IPCA/CDI - atrelados ao endividamento (R\$ 88.355); e (iv) aumento das perdas em operações com NDF (R\$ 364) .

As despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos, líquido, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 114.780 mil, apresentam uma variação líquida desfavorável de (R\$ 44.462 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 70.318 mil). Esse aumento foi decorrente principalmente de: (i) aumento no volume da dívida (R\$ 3.246), (ii) aumento dos juros incorporados aos investimentos (Juros sobre Obras em Andamento - JOA) (R\$ 762), e (iii) aumento dos principais indexadores - TJLP/IPCA/CDI - atrelados ao endividamento (R\$ 40.546).

Atualização provisão para contingências/depósitos judiciais

A atualização provisão para contingências/depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 1.957 mil de despesa, apresenta uma redução de 67% (R\$ 4.023 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.980 mil de despesa), efeito favorável em função de: (i) redução da base de processos trabalhistas (R\$ 577 mil); e (ii) variação de depósitos judiciais (R\$ 3.446 mil).

A atualização provisão para contingências/depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 5.980 mil, apresenta uma redução de 70% (R\$ 14.260 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 20.240 mil), decorrente principalmente da redução de processos trabalhistas referente a acordo judicial de ação pública relativo a jornada de trabalho.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Valores em R\$ mil)

Comparação das principais contas demonstrativas do fluxo de caixa entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

FLUXO DE CAIXA (em R\$ mil, exceto %)	2022	VAR R\$	VAR%	2021
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.065.527	701.282	193%	364.245
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(538.872)	(152.207)	39%	(386.665)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(451.985)	(432.342)	2201%	(19.643)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	74.670	116.733	-278%	(42.063)

Atividades Operacionais

O caixa líquido oriundo das atividades operacionais foi de R\$ 1.065.527 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, resultando em um aumento de R\$ 701.282 mil, quando comparado ao caixa gerado do ano anterior (R\$ 364.245 mil), com destaques para o aumento do contas a receber de clientes e outros (R\$ 334.320 mil) e ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (parcela A e outros) (R\$ 404.260 mil).

Atividades de Investimento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o caixa líquido consumido pelas atividades de investimento totalizou R\$ 538.872 mil, apresentando um aumento de R\$ 152.207 mil, quando

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

comparado com o exercício social de 2021 (R\$ 386.665 mil), referente a utilização de caixa líquido nas atividades de investimento, principalmente, pela aquisição do ativo de concessão de serviço público (ativo contratual) no montante de R\$ 525.930 mil, variando em R\$ 140.776 mil em relação ao ano anterior (R\$ 385.154 mil).

Atividades de Financiamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento foi de R\$ 451.985 mil, apresentando uma variação negativa de R\$ 432.342 mil, quando comparado com o exercício social de 2021 (R\$ 19.643 mil). Esta variação deve-se, principalmente, ao efeito líquido dos seguintes fatores:

- (i) Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 925.085 mil em 31 de dezembro de 2022, apresentado uma aumento de R\$ 497.585 mil em relação a 2021, que era de (R\$ 427.500 mil);
- (ii) Amortizações de empréstimos, financiamentos, debêntures e pagamento de custos de captação no montante de R\$ 703.489 mil em 31 de dezembro de 2022, com um aumento de R\$ 617.589 mil em relação a 31 de dezembro de 2021 que era de (R\$ 85.900 mil); e
- (iii) Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 680.716 mil em 2022, sendo R\$ 316.822 mil superior ao pago em 2021 que foi de R\$ 363.894 mil.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Os diretores devem comentar

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

2022

A Neoenergia Cosern apresenta os resultados de 2022 a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Em 2022, a margem bruta de Neoenergia Cosern atingiu R\$ 1.317 milhões, +20% acima do apurado em 2021, em razão da variação da parcela B de +14,75% em abril/22 e de +30,63% em abril/21, além do aumento da base de clientes e VNR.

Memória de Cálculo	Ano Atual	Ano Anterior	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	2022	2021	
(+) Receita líquida	3.544	3.616	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(207)	(152)	Nota 3
(-) Outras receitas	(60)	(51)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	-	1	Nota 3.4
= RECEITA Operacional Líquida	3.277	3.414	
(+) Custos com energia elétrica	(1.660)	(2.084)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(507)	(380)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(2.167)	(2.464)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	207	152	Nota 3
= MARGEM BRUTA	1.317	1.102	
(+) Custos de operação	(289)	(262)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(39)	(39)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administ	(136)	(124)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	150	131	Nota 6
(+) Outras receitas	60	51	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	-	(1)	Nota 3.4
= Despesa Operacional (PMO)	(254)	(244)	
(+) PECLD	(12)	(7)	Demonstrações de resultado
EBITDA	1.051	851	
(+) Depreciação e Amortização	(150)	(131)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(180)	(69)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(140)	(118)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	581	533	Demonstrações de resultado


(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

2021

A Neoenergia Cosern apresenta os resultados de 2021 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação.

Em 2021 a margem bruta da Neoenergia Cosern atingiu R\$ 1102 milhões, um aumento de 33% vs. 2020, devido ao aumento médio de 8,96% do reajuste tarifário de abril/21, aumento da base de clientes, pela retomada da economia, além do maior VNR (+R\$ 95 milhões), explicado pelo maior IPCA no período.

Memória de Cálculo	Ano atual	Ano anterior	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	2021	2020	
(+) Receita líquida	3.616	2.794	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(152)	(57)	Nota 3
(-) Outras receitas	(51)	(41)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	1	1	Nota 3.4
= RECEITA Operacional Líquida	3.414	2.697	
(+) Custos com energia elétrica	(2.084)	(1.553)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(380)	(373)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(2.464)	(1.926)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	152	57	Nota 3
= MARGEM BRUTA	1.102	828	
(+) Custos de operação	(262)	(228)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(39)	(40)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administ	(124)	(129)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	131	105	Nota 6
(+) Outras receitas	51	41	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	(1,0)	(1,0)	Nota 3.4
= Despesa Operacional (PMSO)	(244)	(252)	
(+) PECLD	(7)	(3)	Demonstrações de resultado
EBITDA	851	573	
(+) Depreciação e Amortização	(131)	(105)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(69)	(55)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(118)	(71)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	533	342	Demonstrações de resultado

	Perdas (%)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					ANEEL 2022
	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	
	8,39%	8,37%	8,32%	8,36%	8,28%	1,39%	1,27%	0,83%	0,23%	-0,17%	9,78%	9,63%	9,14%	8,59%	8,12%	10,72%
	Perdas (GW)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					ANEEL 2022
	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	
561	555	546	539	527	93	84	54	15	-11	654	639	600	553	517	701	

2.2 Resultados operacional e financeiro

2021

Em 2021, a energia distribuída (cativo + livre) pela Neoenergia Cosern foi de 6.032 GWh, crescimento de 7,1% vs. 2020.

Isso é explicado, principalmente, pelo aumento da base de clientes, maiores temperaturas e retomada do mercado na área de concessão. Vale destacar, também, o impacto da REN 863/2019, que levou o não faturado no 4T20 a 110 GWh, diminuindo a energia distribuída no 4T20 sem impacto no resultado econômico.

As Perdas Totais da Neoenergia Cosern em 2021 na visão 12 meses foram de 9,78% e seguem abaixo do limite regulatório de 10,74%.

NEOENERGIA COSERN	Perdas (%)											
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total	
	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21
	8,44%	8,54%	8,51%	8,48%	8,39%	1,39%	0,77%	1,04%	1,10%	1,39%	9,83%	9,31%
Perdas (GW)												
Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total		Aneel 21
4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	
536	546	559	565	561	88	50	68	73	93	624	596	724

As perdas totais 12 meses de 2021 da Neoenergia Cosern ficaram abaixo de 2020.

Já com relação ao DEC fechou o 4T21 com 6,78 horas (-2,42 hora vs. 4T20). Seguindo a mesma linha de melhoria de redução, o FEC fechou o 4T21 com 2,81 vezes (-1,04 vez vs. 4T20).

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As Tarifas de Energia Elétrica são fixadas pela ANEEL para cada concessionária de energia conforme características específicas de cada área de concessão (território geográfico onde cada empresa é contratualmente obrigada a fornecer energia elétrica), refletindo peculiaridades de cada região, como número de consumidores, quilômetros de rede e tamanho do mercado (quantidade de energia atendida por uma determinada infraestrutura), custo da energia comprada, tributos estaduais e outros.

Conforme contrato de concessão da Neoenergia Cosern, o Poder Concedente procederá, a cada 5 anos, as revisões dos valores das tarifas de comercialização de energia, alterando-as para mais ou para menos, de forma a assegurar a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Para este fim, o Poder Concedente deve considerar as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e a modicidade das tarifas.

Em 19 de abril de 2022, a Neoenergia Cosern teve seu reajuste tarifário aprovado pela Aneel, com efeito médio para o consumidor de 20,36%, aplicado desde 22 de abril. A variação da Parcela A foi de 10,76%, totalizando R\$ 1.928,7 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 45,05% dos encargos setoriais e 9,46% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 242,32/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 14,75%, (R\$ 1.200,6 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 14,77%, deduzida do Fator X, de 0,02%.

Em abril de 2021, a Neoenergia Cosern teve seu reajuste tarifário aprovado pela Aneel, com efeito médio para o consumidor de 8,96%. A variação da Parcela A foi de 18,52%, totalizando R\$ 6.117,6 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 53,02% nos custos de transmissão e 7,34% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 202,91/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 29,90% (R\$ 4.496,9 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 31,10%, deduzida do Fator X, de 1,20%.

Em abril de 2020, a ANEEL aprovou o reajuste da Neoenergia Cosern, a ser válido a partir de 22 de abril de 2020. No entanto, considerando o momento de crise devido à pandemia do COVID-19, a Companhia propôs o diferimento do início da aplicação dos reajustes (com efeito tarifário médio percebido pelos consumidores de 3,40%) para o dia 1º de julho de 2020, tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE dos três meses em equivalentes montantes financeiros, as quais serão pagas em cinco parcelas entre os meses de agosto a dezembro de 2020. Em relação ao diferimento do reajuste, a ANEEL reconheceu direito referente à receita tarifária adicional no período devido à suspensão da aplicação das novas

2.2 Resultados operacional e financeiro

tarifas homologadas até 30 de junho de 2020, o qual será compensando no reajuste 2021 da Companhia.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais indicadores e índices macroeconômicos que influenciam as operações realizadas pela Companhia são:

- Receitas
 - PIB: Um crescimento do PIB tende a refletir um aumento do consumo de energia elétrica.
 - Inflação: os índices IGP-M e IPCA reajustam as tarifas de fornecimento de energia elétrica.
 - Taxa de câmbio (dólar americano): índice de parte da parcela de reajuste das tarifas de fornecimento de energia elétrica.
 - CDI: indicador a qual a maioria das aplicações estão vinculadas.
- Despesas
 - CDI: principal indexador das dívidas da Companhia. Na hipótese de elevação das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia também aumentarão, afetando negativamente a sua capacidade de pagamento.
 - Taxa de Câmbio (dólares americanos): parte da compra do gás para geração da energia é corrigida pela variação cambial
 - Inflação: repercute nos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de dívidas serem corrigidos pela inflação.

Ambiente Macroeconômico

No início de 2022, as projeções para a economia eram marcadas pelas incertezas de um cenário turbulento que estava por vir. De um lado, o fim da crise hídrica e a retomada econômica após a contenção da 2ª onda da pandemia de Covid-19 traziam otimismo para o país, do outro, as eleições presidenciais e seus desdobramentos geravam incertezas e preocupações para o cenário econômico. O Relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2021, projetou para 2022 um PIB (Produto Interno Bruto) praticamente flat em relação ao ano anterior, crescendo apenas 0,36%, e um IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 5,03%, com Taxa Selic de 11,50%, ainda visando conter os impactos da alta inflacionária do ano anterior.

O ano confirmou as incertezas da eleição presidencial, que gerou especulações e preocupações acerca das medidas que seriam tomadas, principalmente no âmbito fiscal e seus desdobramentos no futuro da economia. Os confrontos entre a Rússia e a Ucrânia logo no início de 2022 impactaram a economia mundial, elevando o preço dos combustíveis no mundo e tendo reflexos no cenário macro brasileiro. Como medida para conter a inflação, o Banco Central promoveu seguidas altas da Taxa Selic, que encerrou 2021 em 9,25%, chegando a 13,75% no final de 2022. Com isso, a inflação medida pelo IPCA, que chegou a atingir 2 dígitos ao final de 2021, encerrou 2022 com alta acumulada de 5,79%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação ao PIB, a economia encerrou 2022 com crescimento de 2,9%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as projeções de início de ano de crescimento de apenas 0,36%. O índice Ibovespa encerrou 2022 com uma alta de 4,69%, crescimento este menor que a inflação registrada no período, que, de certa forma, reflete a saída de investidores de renda variável em direção a renda fixa, em virtude da maior Selic. Quanto ao consumo de energia, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve um aumento de apenas 0,3% em relação a 2021. O consumo no ano foi impactado pelas baixas temperaturas e chuvas acima das registradas no ano anterior nas diversas regiões do país.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2022

No ano de 2022, o resultado líquido da renda de aplicações financeiras e do serviço da dívida (encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos) apresenta piora de R\$ 108 milhões quando comparado ao ano anterior:

Piora de R\$ 140 milhões no resultado do serviço da dívida na comparação com o 2021, explicada majoritariamente pelo aumento de 7,97 pontos percentuais do CDI no período (64% do endividamento da companhia está atrelado ao indexador). Além disso, houve o aumento de 39% no saldo médio da dívida da empresa em relação ao ano anterior, devido às captações direcionadas para Capex e capital de giro da Companhia (principalmente para atender a expansão do mercado e melhorar os padrões de qualidade e de eficiência operacional na distribuidora, bem como para o combate de perdas comerciais e técnicas).

A Renda de Aplicações Financeiras apresentou melhora de R\$ 32 milhões, quando comparada ao ano anterior, explicada pelos seguintes fatores:

- (i) Aumento do rendimento médio (efeito positivo de R\$ 19 milhões): seguindo o aumento de 7,97 pontos percentuais no CDI acumulado no período;
- (ii) Aumento de 46% do volume médio aplicado (efeito positivo de R\$ 13 milhões).

2021

No ano de 2021, o resultado líquido da renda de aplicações financeiras e do serviço da dívida (encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos) apresenta piora de R\$ 41 milhões quando comparado a 2020, conforme detalhado a seguir:

Piora de R\$ 44 milhões no resultado do serviço da dívida na comparação com 2020, explicada majoritariamente pelo aumento de 6,01 pontos percentuais do IPCA no período (29% do endividamento da companhia está atrelado ao indexador). Além disso, houve o aumento de 3,2% no saldo médio da dívida da empresa em relação a 2020, devido às captações direcionadas para Capex e capital de giro da Companhia (principalmente para atender a expansão do mercado e melhorar os padrões de qualidade e de eficiência operacional na distribuidora, bem como para o combate de perdas comerciais e técnicas).

A Renda de Aplicações Financeiras apresenta melhora de R\$ 3 milhões, quando comparada com 2020, explicada pelos seguintes fatores:

- (i) Aumento do rendimento médio (efeito positivo de R\$ 5 milhões): seguindo o aumento de 1,66 ponto percentual no CDI acumulado no período;
- (ii) Redução de 14,3% do volume médio aplicado (efeito negativo de R\$ 2 milhões), devido ao pagamento de proventos ao longo do ano.

Segue quadro demonstrativo com os principais indicadores dos últimos 2 anos:

Índices	2022	2021
CDI	12,39%	4,42%
TJLP	6,78%	4,80%
Δ USD ¹	-0,3628	0,3838
IPCA ²	5,90%	10,74%
IPCA ³	5,79%	10,06%

Nota 1: variação cambial entre 30/dezembro a 30/dezembro.

Nota 2: considera a inflação contabilizada no ano (M-1).

Nota 3: considera a inflação contabilizada no ano.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as International Financial Reporting Standard ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

2022

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2021

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021 não geraram diferenças nas práticas contábeis já adotadas.

2020

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020 não geraram diferenças nas práticas contábeis já adotadas.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 não foram introduzidos ou alienados nenhum segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Ano 2022

Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças (Operação em Andamento)

Em 16/12/2022, a Neoenergia publicou Fato Relevante (<https://ri.neoenergia.com/resultados-e-indicadores/documentos-cvm/>) informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Neoenergia S.A. e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. Eletronorte, celebraram, o Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual acordaram a permuta de participações acionárias.

Na operação, a Neoenergia transfere em permuta à Eletronorte: (i) ações ordinárias representativas de 50,56% do capital social total e votante da Teles Pires Participações S.A., cujo Equity Value, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 327.953.113,06 (trezentos e vinte e sete milhões novecentos e cinquenta e três mil cento e treze reais e seis centavos); (ii) ações ordinárias representativas de 0,9% do capital social total e votante da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, cujo Equity Value, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 5.891.373,29 (cinco milhões, oitocentos e noventa e um mil, trezentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos); e (iii) ações ordinárias representativas de 100% do capital social total e votante da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.(consorciada líder e titular de 51% do Consórcio UHE Baguari), cujo Equity Value, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$453.982.064,74 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, novecentos e oitenta e dois mil, sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) (em conjunto, as “Participações Neoenergia”).

A Eletronorte transfere em permuta à Neoenergia: (i) ações ordinárias representativas de 49% do capital social total e votante da Energética Águas da Pedra S.A. -EAPSA, cujo Equity Value, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 784.512.073,36 (setecentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e doze mil, setenta e três reais e trinta e seis centavos); (ii) 95.981 (noventa e cinco mil, novecentas e oitenta e uma) ações ordinárias, 10.885 (dez mil, oitocentas e oitenta e cinco) ações preferenciais Classe A e 20 (vinte) ações preferenciais Classe B de emissão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (“Neoenergia Coelba”), no montante de R\$ 2.598.041,06 (dois milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quarenta e um reais e seis centavos); (iii) (a) 46.654 (quarenta e seis mil, seiscentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, 8.901 (oito mil, novecentas e uma) ações preferenciais Classe A e 9.473 (nove mil, quatrocentas e setenta e três) ações preferenciais Classe B de emissão da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (“Neoenergia Cosern”)no montante de R\$ 603.760,69 (seiscentos e três milhões, setecentos e sessenta mil reais e sessenta e nove centavos); e (iv)26.328 (vinte e seis mil, trezentas e vinte e oito) ações ordinárias de emissão da Afluente Transmissão de Energia Elétrica no montante de R\$ 112.675,99 (cento e doze mil, seiscentos e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos) (em conjunto, as “Participações Eletronorte”).

O valor da Operação é de R\$ 787.826.551,09 (setecentos e oitenta e sete milhões, oitocentos e vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta e um reais e nove centavos).

A Operação aportará simplificação societária e consolidação de resultados às respectivas Controladoras, e o fechamento está condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes, dentre elas Aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), anuência de credores, reorganização dentro do grupo Eletrobras no âmbito da qual a Eletronorte passará a ser a única titular das Participações Eletronorte, e à observância de direitos de preferência de terceiros.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Ano 2021

Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“CCV”) de emissão da Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Afluente T para a alienação pela Previ à Neoenergia

Em 16 de setembro de 2021, a Neoenergia divulgou comunicado ao mercado informando que, em cumprimento à obrigação estabelecida na Cláusula 15.5 do Acordo de Acionistas, celebrou com a Previ, naquela data (e com o fechamento estipulado para 15 de outubro de 2021) CCV para a alienação pela Previ à Neoenergia das seguintes participações societárias: (i) 4.621.407 (quatro milhões, seiscentas e vinte e uma mil, quatrocentas e sete) ações ordinárias e 1.385.110 (um milhão, trezentas e oitenta e cinco mil, cento e dez) ações preferenciais classe A de emissão da Neoenergia Coelba, representativas de 2,29% (dois inteiros e vinte e nove centésimos por cento) do capital social total da Neoenergia Coelba (“Ações Neoenergia Coelba”); (ii) 1.854.848 (um milhão, oitocentas e cinquenta e quatro mil, oitocentas e quarenta e oito) ações ordinárias, 359.031 (trezentas e cinquenta e nove mil e trinta e uma ações) ações preferenciais classe A e 382.135 (trezentas e oitenta e duas mil, cento e trinta e cinco ações preferenciais classe B de emissão da Neoenergia Cosern, representativas de 1,54% (um inteiro e cinquenta e quatro centésimos por cento) do capital social total da Neoenergia Cosern (“Ações Neoenergia Cosern”); e (iii) 1.445.606 (um milhão, quatrocentas e quarenta e cinco mil, seiscentas e seis) ações ordinárias de emissão da Afluente T, representativas de 2,29% (dois inteiros e vinte e nove centésimos por cento) do capital social total e votante da Afluente T (“Ações Afluente T” e, em conjunto com as Ações Neoenergia Coelba e as Ações Neoenergia Cosern, as “Ações Objeto do CCV”).

Em 15 de outubro de 2021, a Neoenergia divulgou novo comunicado ao mercado informando que, naquela data, ocorreu o fechamento do CCV, (a) tendo sido transferidas pela Previ à Neoenergia as Ações Objeto do CCV e (b) tendo sido transferido o preço relativo às Ações Objeto do CCV. O preço pago pela Neoenergia à Previ pela totalidade das Ações Objeto do CCV, em 15 de outubro de 2021, foi de R\$220.458.756,14, sendo (a) R\$181.435.919,23 referentes às ações da Neoenergia Coelba; (b) R\$32.790.269,11 referentes às ações da Neoenergia Cosern; e (c) R\$6.232.567,79 referentes às ações da Afluente T.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram introduzidos na Companhia ou alienados nenhum segmento operacional.

c. Comentários sobre os eventos ou operações não usuais

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 não ocorreram eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras.

Valores em R\$ mil	Exercício social terminado em:		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
LAJIDA	1.051.482	851.009	572.477

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Conciliação do LAJIDA - R\$ mil	Exercício social terminado em:		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
(=) Lucro Líquido	580.739	532.532	341.514
(+) Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	140.332	117.778	71.767
(-) Resultado Financeiro	180.065	69.556	54.789
(+) Depreciação e Amortização	150.346	131.143	104.409
(=)LAJIDA	1.051.482	851.009	572.477

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

O EBITDA é um indicador não contábil comumente utilizado no mercado para demonstrar uma aproximação da geração operacional de caixa decorrente das atividades da empresa, não considerando os efeitos dos impostos e contribuição sobre o lucro e o resultado financeiro, bem como a depreciação e amortização dos ativos permanentes. Adicionalmente por ser um indicador de referência de mercado, também é um importante instrumento de avaliação do desempenho do negócio quando comparado com empresas do mesmo setor e demais setores da economia.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS e tampouco deve ser considerado isoladamente como alternativa a outros indicadores financeiros, como seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

O EBITDA é apresentado como informação adicional porque a Companhia acredita se tratar de um indicador importante de seu desempenho operacional para os investidores. No entanto, nenhuma informação deverá ser considerada isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as IFRS ou as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou, ainda, como medida da lucratividade da Companhia. Além disso, os cálculos da Companhia seguem o disposto na Instrução CVM 156/2022 e podem não ser comparáveis a outras medidas similares utilizadas por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

2022

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 13 de fevereiro de 2023.

Não houve qualquer evento subsequente às demonstrações financeiras de encerramento do exercício social findo que as altere substancialmente.

2021

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 16 de fevereiro de 2022.

Não houve qualquer evento subsequente às demonstrações financeiras de encerramento do exercício social findo que as altere substancialmente.

2020

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 08 de fevereiro de 2021, que contemplava a divulgação do evento subsequente abaixo descrito:

Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia contratou junto ao Scotiabank uma linha de 4131 com Swap considerando desembolso forward para 06/01/2021, no valor de R\$ 100.000 mil. A operação contratada possui prazo de 3 anos com pagamento de principal no vencimento e juros semestrais.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

A Diretoria Executiva das empresas do Grupo Neoenergia, quanto a destinação dos resultados sociais, levará em consideração, em seu planejamento estratégico, objetivos específicos e mensuráveis que buscam otimizar a rentabilidade e criação de valor para o acionista de forma sustentável considerando a legislação aplicável e princípios de governança corporativa reconhecidos.

	2022	2021
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>(i) O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido, apurado nos termos da Lei, destinará 5% para constituição da Reserva Legal, até que seu montante atinja 20% do Capital Social; e</p> <p>(ii) O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da Lei 11.638/07 reconhecido no resultado da Companhia foi transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis.</p>	
a.i. Valores das Retenções de Lucros	O movimento das reservas no final do exercício foi de: (i) Reserva de incentivo fiscal: R\$ 68.737 mil.	O movimento das reservas no final do exercício foi de: (i) Reserva de incentivo fiscal: R\$ 74.425 mil.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	11,8%	14,0%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que: (i) o pagamento de 25% do lucro líquido ajustado a título de dividendo mínimo obrigatório após as deduções previstas nas regras sobre retenção de lucros descrito no item 3.4.a.; (ii) a Companhia poderá levantar balanços intercalares e, com base neles, distribuir dividendos, desde que total de dividendos pagos nesses balanços não exceder o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do art, 182 da Lei nº 6.404/76; e (iii) o valor dos juros, pago ou creditado, a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.429, de 26/12/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais; e</p> <p>As ações preferenciais classe “B” terão prioridade na distribuição de dividendo e reembolso de capital, somente após a distribuição de dividendos e reembolso de capital das preferenciais classe “A”, e terão direito a dividendos de no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.</p>	
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A Companhia segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição de lucro líquido uma vez ao ano. Entretanto, nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários e Juros sobre Capital Próprio mais de uma vez ao ano, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.	
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p><u>Reserva de Incentivo Fiscal:</u> O valor relativo ao incentivo SUDENE, apurado a partir da vigência da Lei 11.638/2007 é contabilizado no resultado do exercício e posteriormente transferido para a conta de Reserva de Lucro (Reserva de Incentivo Fiscal – SUDENE), devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, portanto não podendo ser distribuído como dividendos;</p> <p><u>Financiamento:</u> Os contratos de financiamentos não possuem restrições de pagamentos de dividendos acima do mínimo obrigatório, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações contratuais.</p>	
e. Se o emissor possui uma política de	A política de destinação do resultado está disposta no capítulo	

2.7 Destinação de resultados

destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

VI, do Estatuto Social da Companhia, disponível para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (<http://ri.neoenergia.com/governanca/estatutos/>).

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Comentários sobre os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve transações de arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

	<u>Compra de Energia</u>
2024	1.391
2025	1.422
2026	1.479
2027	1.531
2028	1.570
Entre 2029 e 2033	6.625

iii. Contratos de construção não terminada

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de construção de infraestrutura de longo prazo como segue:

	<u>Construção de Infraestrutura</u>
2024	415
2025	435
2026	580
2027	638
2028	669
Entre 2029 e 2033	2.835

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve contratos de recebimentos futuros de financiamentos, que não tenham sido registrados nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve outros itens, que não tenham sido registrados nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não houve transações que alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens, que não tenham sido registrados nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento

Neoenergia Cosern

Em 2022, a Neoenergia Cosern investiu um montante de R\$ 532.245 mil e investimento direto líquido de R\$ 499.766 mil, sendo R\$ 250.439 mil na expansão do sistema elétrico com construção e ampliação de subestações, construção de linhas e ligações de clientes, conforme detalhado na tabela a seguir para 2022, bem como para os anos de 2021 e 2020:

Investimento em R\$ mil	2022	2021	2020
Natureza Investimento			
Expansão de Rede	(250.439)	(183.438)	(188.655)
Programa Luz para Todos	-	-	-
Novas Ligações	(134.689)	(101.652)	(91.360)
Novas SE's e RD's	(115.750)	(81.787)	(97.294)
Renovação de Ativos	(80.970)	(59.084)	(56.670)
Melhoria da Rede	(88.446)	(49.559)	(44.361)
Perdas e Inadimplência	(30.167)	(24.107)	(17.288)
Outros	(54.899)	(45.937)	(57.667)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(27.324)	(32.809)	(20.181)
(=) Investimento Bruto	(532.245)	(394.935)	(384.822)
SUBVENÇÕES	5.155	1.822	5.960
(=) Investimento Líquido	(527.089)	(393.113)	(378.862)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	27.324	32.809	20.181
(=) Investimento Direto Líquido	(499.766)	(360.304)	(358.681)

A Neoenergia Cosern pretende investir entre os anos de 2024 a 2027 um montante líquido de cerca de R\$ 2,1 bilhões.

Tais investimentos visam à expansão e reforço de suas redes de distribuição para suportar o crescimento econômico de sua área de concessão, garantindo assim a capacidade energética devida, bem como robustez de sua infraestrutura, assegurando a confiabilidade e a qualidade do serviço prestado.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Neoenergia Cosern financia parte do seu Programa de Investimentos por meio de linhas de crédito providas de bancos de desenvolvimento e agências multilaterais, bem como o mercado de capitais doméstico, por meio de debêntures de infraestrutura.

No ano de 2022 foram liberados R\$ 125 milhões junto ao BNDES, referentes ao contrato celebrado em setembro de 2020 e R\$ 800 milhões referentes à 10ª emissão de debêntures;

No ano de 2021 foram liberados R\$ 128 milhões junto ao BNDES, referentes ao contrato celebrado em setembro de 2020, R\$ 200 milhões referentes à 1ª emissão de notas comerciais e R\$ 100 milhões via 4131 com swap junto ao Scotiabank.

Em setembro de 2020, foi celebrado com o BNDES contrato de financiamento de R\$ 388 milhões, com prazo final de até 20 anos e lastro no capex executado e a executar de 2020 e 2021.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não existem desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

2.10 Planos de negócios

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.**

Não aplicável. Não existem outras aquisições relevantes já divulgadas pela Companhia.

- c. novos produtos e serviços, indicando:**

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) são regulados pela ANEEL e cumprem o que determina a Lei 9.991/2000, posteriormente alterada pela Lei nº 14.120 de 1º de março de 2021, nas quais as empresas de distribuição devem destinar 0,75% da sua receita operacional líquida (ROL) para Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, 0,25% em Programas de Eficiência Energética (EE) e para as empresas de geração e transmissão devem ser 1% de sua ROL apenas em Programas de P&D.

A Companhia, além de cumprir esse dispositivo regulatório, define o tema inovação como um dos seus valores, ratificando a intenção de manter seu parque tecnológico atualizado e, ao mesmo tempo, a sua pretensão de desenvolver e manter em suas empresas os conhecimentos necessários para a adequada prestação de seus serviços e a consolidação de seu posicionamento estratégico.

Os programas anuais de P&D podem ser constituídos de um ou mais projetos, cooperados entre as empresas ou não, e deverão ser propostos de acordo com as instruções dispostas nos Procedimentos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (PROP&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Os Procedimentos foram aprovados pela Resolução Normativa (REN) da ANEEL nº 754, de 13 de dezembro de 2016.

Segundo as diretrizes básicas do Programa de P&D, todo projeto de P&D deve ser enquadrado em uma das fases da cadeia da inovação, podendo ser classificado como pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, cabeça de série, lote pioneiro ou inserção no mercado.

Considerando esses conceitos, os **18** projetos de P&D em andamento, no período de 2020 a 2022, da Companhia, listados abaixo, referem-se às fases da cadeia de inovação da pesquisa básica dirigida, da pesquisa aplicada ou do desenvolvimento experimental sendo considerados projetos de pesquisa:

PE-4950-0716/2016 – Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE) - Fase II. O produto do projeto fornece informações atualizadas, centralizadas, unívocas e inteligíveis aos diversos públicos de interesse sobre o setor elétrico, e ainda, que permitam a consolidação e realização de diversas possibilidades de cruzamento entre elas caracterizando o uso de inteligência analítica, com a consequente produção de conhecimento a toda a sociedade. A Neoenergia Cosern participa deste projeto como empresa cooperada, juntamente com a Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro, além de outras empresas do setor elétrico.

PD-0047-0079/2016 – Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes Módulo 2 – Tecnologia da Informação. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco. Ele desenvolverá e implantará funcionalidades de redes inteligentes para as distribuidoras do Grupo Neoenergia (Automação Avançada, Analytics e Co-simulação de telecom + Rede Elétrica) por meio de uma infraestrutura de tecnologia da informação adequada para análise dos dados provenientes dos equipamentos desenvolvidos no Módulo 1 (sensor inteligente, qualímetro com oscilografia contínua e transformador inteligente), com foco na melhoria da qualidade do fornecimento, na redução das perdas e no aumento da segurança.

PD-7284-0001/2016 – Método Modificado da Superposição para o Compartilhamento de Responsabilidades Harmônicas. Este projeto conta com a cooperação da Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba, Afluente T, Narandiba e Consórcio Energética Águas da Pedra – EAPSA. Ele tem por objetivo a obtenção de hardware e software para aplicação prática do método da Superposição Modificado para o compartilhamento da contribuição harmônica entre a rede, a carga e as unidades de geração convencional ou não, com determinação das parcelas de responsabilidades entre as partes envolvidas.

2.10 Planos de negócios

PD-00040-0022/2016 – Avaliação da Integridade Estrutural de Postes de Distribuição por meio de Monitoramentos Dinâmicos. A Neoenergia Cosern conta com a Neoenergia Coelba como empresa cooperada neste projeto. Seu objetivo é criar um sistema portátil de excitação dinâmica e monitoramento do comportamento do poste, com interpretação imediata dos dados do monitoramento, introduzindo um novo conceito de avaliação da integridade estrutural com indicadores quantitativos para diagnóstico de decisão para reparo ou troca de postes.

PD-0043-0316/2016 – Sistema de Detecção de Água em Óleo de Transformador Usando Microondas. O projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Pernambuco, a Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern. O projeto objetiva desenvolver um Sensor baseado em microondas para monitorar e detectar o teor de água no óleo de transformador através do monitoramento permanente (on-line) dos transformadores de SEs na faixa de 1ppm, elevando consideravelmente o nível de confiabilidade e vida útil do transformador por manter a fração de água sempre em níveis bem abaixo do máximo estabelecido pela norma. A solução compreende um sistema portátil, tão confiável quanto a cromatografia, que realiza medidas em tempo real de forma contínua utilizando radiação na faixa de microondas, enviando estes valores a um banco de dados da concessionária.

PD-2290-0051/2016 – Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Geração Heliotérmica de Energia Elétrica. O projeto é cooperado entre as empresas Termopernambuco, Itapebi, Baguari I, EAPSA, Teles Pires, além das distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco. O projeto tem como objetivo a implantação de uma planta piloto de geração heliotérmica, do tipo cilindro parabólico, com campo solar de 5.16 MWte, bloco de potência de 0,5 MW e sistema de armazenamento térmico de 3h, que será conectada ao processo industrial da Santa Efigênia Agropecuária, parceira nesse projeto.

PD-0043-0516/2016 – Otimização Multiobjetivo de Recursos Energéticos Distribuídos visando Sustentabilidade e Confiabilidade em Microrredes Isoladas incluindo Sistema de Armazenamento de Energia com Baterias. O projeto é cooperado entre as empresas Neoenergia Pernambuco, Itapebi, Termopernambuco, Teles Pires, Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern, e tem como objetivo o desenvolvimento de uma metodologia para otimização de gerenciamento de sistema híbrido de geração de energia fotovoltaica (PV), diesel e sistema de armazenamento de energia (SAE), baseada e validada em projeto piloto operando em região isolada. O projeto piloto contará com duas tecnologias de baterias, Li-Ion e Fluxo de Vanádio, operando em simultâneo.

PD-00047-0080/2017 – Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes Módulo 1 – Infraestrutura (Etapa 2). Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. Propõe-se o Desenvolvimento de 6 protótipos de um concentrador de comunicação, 40 gateways e 40 modems com módulos criptográficos que possibilitarão a comunicação segura dos dispositivos que compõem as Redes Inteligentes (Medidores, Sensores Inteligentes, Trafos Inteligentes e qualímetro com oscilografia contínua).

PD-0391-0032/2018 – Modernização das Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica. Motivado pelo contexto global, de forte mutação tecnológica e de ampliação das possibilidades de escolha dos consumidores finais, foi lançada em 2017 a Consulta Pública 33 pelo MME com objetivo de colher subsídios e contribuições dos agentes para um conjunto de medidas de aprimoramento do marco legal do setor elétrico. Nesse contexto, o objetivo do projeto cooperado de P&D de Modernização de Tarifas é o de promover estudos aprofundados para a modernização das tarifas de distribuição de energia elétrica, envolvendo a avaliação de sinalização locacional, horária e dinâmica e a tarifa não volumétrica. A atual estrutura tarifária, bem como o procedimento de cálculo das tarifas, serão revistas contemplando também a inserção das novas tecnologias, tais como a geração distribuída. Participam deste projeto as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro, além de outras empresas do setor elétrico.

PD-0047-0083/2018 – Desenvolvimento de Tecnologia para Inserção de Microrrede em Sistemas Isolados. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. Propõe-se o Estudo da aplicação de microrredes como solução em massa para universalização, investigando tecnologias, custos e ganho socioeconômico para os eletrificados em 6 plantas piloto. A partir de dados dos pilotos, será desenvolvido gerenciador de energia para microrredes com presença de supercapacitores.

2.10 Planos de negócios

PD-00385-0068/2019 – Projeção de Mercado através de Algoritmos Colaborativos. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. Tem como objetivo a construção de um modelo matemático e aplicativo computacional utilizando as técnicas de aprendizagem colaborativa (Multi-task learning) para projeção de mercados de energia elétrica desenhado especialmente para o grupo Neoenergia. O modelo deverá ser capaz de tratar o problema da escassez de dados históricos para a projeção, criando um histórico realista que permita a previsão confiável.

PD-00047-0082/2019 – Desenvolvimento de Tecnologias de Armazenamento de Energia Elétrica para uso em Equipamento da Rede de Distribuição. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. Tem como objetivo desenvolver Tecnologia de armazenamento de energia para utilização nos equipamentos de rede com a finalidade de prolongar a vida útil das fontes de armazenamento de energia (em geral, 2 anos) equiparando-as aos equipamentos de rede (acima de 10 anos).

PD-00047-0086/2019 – GODEL - Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes – Módulo de Medição. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. Pretende-se desenvolver uma Metodologia e construir laboratórios para a validação de protocolo de medição e comunicação garantindo interoperabilidade para todas as camadas do modelo OSI. Na camada de aplicação, será desenvolvido o padrão brasileiro do protocolo DLMS. Nas camadas mais baixas, propõe-se o uso dos protocolos PRIME e WI-SUN.

PD-00047-0085/2019 – Torre de Emergência Móvel para Linhas de Subtransmissão em 69 e 138kV. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. O objetivo é desenvolver uma torre móvel em plataforma veicular para estruturas de subtransmissão em 69 e 138kV, com altura útil de 16m e esforço de 1500kgf a serem rebocados por uma caminhonete, com homologação do CONTRAN. Quando necessário, o transporte será feito por trator e escavadeira em locais de difícil acesso.

PD-00047-0090/2020 – SMARTF: Simulação e Modelagem do Ambiente Regulatório e Tecnológico Futuro. Este projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. O objetivo é desenvolver metodologia e ferramenta computacional para definição da estratégia de negócios das distribuidoras do grupo Neoenergia, considerando cenários de trajetória regulatória, de evolução das redes, do comportamento do consumidor, modelos econômicos e inserção de recursos energéticos distribuídos.

PD-00040-0024/2020 – Sistema de Diagnóstico, Inspeção e Cadastro Automático de Ativos Elétricos utilizando VANTs. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. O objetivo do projeto é desenvolver um VANT (Veículo aéreo não tripulado) auto-carregável com dois propósitos: inspeções em linha de distribuição e transmissão e cadastro remoto de ativos. Atualmente na área de distribuição são realizadas coletas das imagens para análise pelo operador, para que, em um segundo momento sejam analisados os defeitos via software. Os VANTs são aplicados, principalmente na coleta de imagens a longas distâncias. Existem, também, projetos de P&D vinculados a ANEEL para a realização de inspeções visuais em linhas de distribuição, no entanto nestas pesquisas, os robôs eram fixos à linha e/ou não permitiam realizar coleta de imagens em 3D.

PD-00043-0122/2022 – Desenvolvimento de sistema de Inteligência Artificial para identificação de não conformidade de ações de campo e utilização de EPIs por imagens. O objetivo do projeto é desenvolver um sistema com inteligência artificial para identificação de não conformidade de ações por equipes de campo, tais como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual (EPI), bem como a realização de procedimentos incorretos. O projeto é cooperado entre as distribuidoras da Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro e Neoenergia Brasília.

PD-0385-0074/2022 – Previsão para até 10 anos de temperatura máxima e sensação térmica para o planejamento energético das distribuidoras da Neoenergia. Consiste no desenvolvimento de algoritmo e aplicativo computacional para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de machine learning, objetivando projeções mais assertivas do mercado de energia das distribuídas Neoenergia. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

2.10 Planos de negócios

Em 2020, foram encerrados 06 projetos: (i) PD-0047-0079/2016 – Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes Módulo 2 – Tecnologia da Informação; (ii) PE-4950-0716/2016 – Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE) - Fase II; (iii) PD-00040-0022/2016 – Avaliação da integridade estrutural de postes de distribuição por meio de monitoramentos dinâmicos; (iv) PD-00047-0080/2017 – Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes Módulo 1 – Infraestrutura (Etapa 2); (v) PD-0391-0032/2018 – Modernização das Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica.; e, (vi) PD-00385-0068/2019 – Projeção de Mercado através de Algoritmos Colaborativos.

Em 2021, foram encerrados 02 projetos: (i) PD-7284-0001/2016 – Método Modificado da Superposição para o Compartilhamento de Responsabilidades Harmônicas; (ii) PD-0043-0316/2016 – Sistema de Detecção de Água em Óleo de Transformador Usando Microondas.

Em 2022, foram encerrados 05 projetos, são eles: (i) PD-2290-0051/2016 – Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Geração Heliotérmica de Energia Elétrica; (ii) PD-0043-0516/2016 – Otimização Multiobjetivo de Recursos Energéticos Distribuídos visando Sustentabilidade e Confiabilidade em Microrredes Isoladas incluindo Sistema de Armazenamento de Energia com Baterias – SIAE; (iii) PD-00047-0082/2019 - Desenvolvimento de tecnologias de armazenamento de energia elétrica para uso em equipamento da rede de distribuição; (iv) PD-00047-0085/2019 – Torre de Emergência Móvel para Linhas de Subtransmissão em 69 e 138kV; (v) PD-00047-0090/2020 – SMARTF: Simulação e Modelagem do Ambiente Regulatório e Tecnológico Futuro.

Estão em andamento 05 projetos, listados a seguir: (i) PD-00040-0024/2020 - Sistema de diagnóstico, inspeção e cadastro automático de ativos elétricos utilizando VANTs ; (ii) PD-00043-0122/2022 – Desenvolvimento de sistema de Inteligência Artificial para identificação de não conformidade de ações de campo e utilização de EPIs por imagens; (iii) PD-00385-0074/2022 – Previsão para até 10 anos de temperatura máxima e sensação térmica para o planejamento energético das distribuidoras da Neoenergia; (iv) PD-00047-0086/2019 – GODEL - Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes - Módulo de Medição; e (v) PD-00047-0083/2018 – Desenvolvimento de Tecnologia para Inserção de Microrrede em Sistemas Isolados.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais investidos pela Neoenergia Cosern em projetos de P&D em fase de pesquisa de P&D (pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental), corresponderam aos seguintes valores:

Em 2022, R\$ 2.167.860,40

Em 2021, R\$ 2.214.900,34

Em 2020, R\$ 1.420.319,61

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

No desenvolvimento de projetos na Companhia, que geram novos produtos e serviços, também são incluídos os projetos do programa de P&D que pertencem às fases avançadas da cadeia de inovação: cabeça de série, lote pioneiro e inserção de mercado.

Dessa forma, no período de 2020 a 2022, a Companhia desenvolveu os 11 projetos descritos abaixo:

PD-00040-0023/2018 – Lote Pioneiro do aferidor de medidores de energia elétrica sem interrupção no fornecimento. Foram realizados dois projetos de P&D ANEEL anteriores, nas fases de desenvolvimento experimental e cabeça de série que demonstraram a viabilidade técnica e de implantação prática de um equipamento capaz de realizar a aferição de medidores de energia elétrica em campo, sem a necessidade de interrupção no fornecimento de energia do consumidor. Assim, o presente projeto pretende prosseguir na cadeia de inovação, testando o equipamento desenvolvido como cabeça de série em maior escala, com equipes em campo. Neste projeto, está prevista a presença da indústria que permitirá que o produto final seja desenvolvido com características de mercado, incluindo a viabilidade econômica para produção e comercialização em série. Participam deste projeto as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro.

2.10 Planos de negócios

PD-00385-0071/2019 – Desenvolvimento de Equipamento para Poda de Árvores próximas a Redes de Distribuição de até 46 kV com Controle Remoto. O projeto será o aprimoramento tecnológico do equipamento robotizado para poda de árvores próximas às redes de distribuição de até 46 kV desenvolvido anteriormente, que incluía um sistema de trituração e armazenamento dos resíduos da poda. Considerando-se essa nova etapa do projeto serão realizados: montagem, testes e entrega de 2 equipamentos. O projeto tem como principal motivação a redução dos riscos envolvidos na metodologia tradicional de poda que utiliza caminhão de linha viva com o eletro-arborista operando manualmente as ferramentas de poda de dentro do cesto aéreo. O equipamento desenvolvido minimizará os riscos ao operador e queda de galhos sobre a rede, além de necessitar de uma equipe reduzida de três pessoas. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00385-0070/2019 – Transformação Digital da Experiência do Cliente Neoenergia. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco. Tem como objetivo transformar a experiência do cliente Neoenergia, oferecendo canais digitais mais eficientes e personalizados para melhorar o desempenho dos indicadores de serviço ao cliente e tornar mais eficiente o atendimento humano e digital. Será realizado o redesenho dos diversos perfis de clientes na era digital, além do desenvolvimento e aplicações de novas soluções digitais para atender às necessidades atuais e futuras.

PD-00047-0084-2019 – Lote Pioneiro de Equipamento para Identificação e Cadastro de Equipamentos de Redes de Distribuição de Energia Elétrica. Os projetos PD-0047-008/2006, PD-0077-0027/2009 e PD-0047-0067/2012 criaram uma solução para otimizar a gestão dos ativos da concessionária. Atualmente, têm-se o uso intensivo de documentos em papel nos processos logísticos. Geralmente, esses documentos são preenchidos à mão, sujeitos a grafia ilegível e a erros. Esses documentos são processados por digitadores, aumentando a probabilidade da propagação de informações incorretas, pois não há crítica dos dados no lançamento das informações na base cadastral. A aderência físico-contábil da base cadastral é imprescindível para concessionária, uma vez que é determinante para o reajuste tarifário promovido pela Aneel. A solução será aprimorada permitindo sua adoção na íntegra inclusive com a integração dos sistemas de software desenvolvidos ao sistema corporativo da empresa. Serão feitas adequações aos requisitos de TI e a migração dos formulários para plataforma dos smartphones com sistema operacional Android. Participam deste projeto as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00043-0119-2019 – Ferramentas de Apoio à Operação de Sistemas Elétricos de Potência em Tempo Real. No projeto de pesquisa anterior foi desenvolvido um Sistema de Antenas Inteligente chaveado com aplicação Piloto na Subestação de Gravatá/PE, na qual se encontravam três chaves repetidoras telecomandadas localizadas em uma "região de sombra", dentro de um setor de 180°, e raio de 10 km, em relação à subestação de Gravatá. A motivação do Projeto atual é expandir o sistema de antenas inteligente, já desenvolvido e testado, para uma abrangência de 360°. Isto é, permitir a comunicação do COI com qualquer chave religadora localizada dentro de círculo com raio de 15 km, para que possa substituir o sistema de comunicação clássico, existente, de forma a ficar permanentemente em operação, e que possa ser aplicado a qualquer subestação que utilize enlace de rádio. Participam deste projeto as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00043-0087-2019 – Aplicações Ambientalmente Sustentáveis da Mobilidade Elétrica para a ilha de Fernando de Noronha. Este projeto é cooperado entre as empresas Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco e a Termopernambuco, e visa desenvolver a Mobilidade Elétrica de forma sustentável em Fernando de Noronha via soluções e modelos de negócio em atividades de turismo, serviços públicos e operações da administração da Neoenergia Pernambuco, com potencial de reprodutibilidade em outros ambientes e envolvimento de empresas e entidades locais. Também objetiva soluções tecnológicas para suporte aos veículos elétricos e otimização dos recursos renováveis com proposição de roadmap evolutivo.

PD-00047-0087-2019 – Criação de Corredor Verde no Nordeste e Postos de Carregamento Urbano para Avaliação do Desempenho de Veículos Híbridos e Elétricos. Este projeto é cooperado entre as empresas Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e a Termopernambuco. O projeto prevê a criação de um corredor verde no Nordeste (trecho entre Salvador-BA e Natal-RN), contendo 11 estações de recarga em rodovia (50kw) e mais 6 estações em shoppings urbanos (22kW). O projeto visa a avaliação de um novo modelo de negócio para as empresas do setor elétrico.

2.10 Planos de negócios

PD-00385-0069-2019 – Desenvolvimento de Caminhão Elétrico para Manutenção de Redes de Distribuição de Energia. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco. O produto principal deste projeto é um Caminhão elétrico para manutenção de redes de distribuição, com desenvolvimento de conjunto inteligente para o gerenciamento da recarga e de sistema seguro e eficiente para recargas do veículo na própria rede da concessionária.

PD-00047-0088/2019 – GODEL - Sensor Inteligente para Redes Elétricas de 69kV. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco, e visa desenvolver o cabeça de série do sensor inteligente em linha de 69kV. A relevância de um sensor inteligente em linha de 69kV é a rápida localização da falta, além de um permanente monitoramento on-line das principais grandezas elétricas. Com estas informações é possível, de imediato, se obter a localização da falta e, com os dados históricos do comportamento da linha, fazer análises preditivas visando potenciais problemas de sobrecargas e consequente instabilidades da linha, podendo ser ainda processados por algum sistema do tipo Analytics.

PD-00043-0121/2020 – Sistema de Medição da Resistência de Aterramento em Subestações Usando Fonte de Injeção de Corrente. O projeto tem como objetivo principal o desenvolvimento de uma fonte de corrente para medição de resistência de aterramento em Subestações (SE) energizadas. Para alcançar esse objetivo, o projeto foi desenhado para englobar duas fases da cadeia de produção: Cabeça de Série (CS) e Lote Pioneiro (LP). São características do produto: (1) Medição de resistência de aterramento em SE's energizadas; (2) Capacidade de medição das tensões de passo e toque na SE; (3) Metodologia de medição em conformidade com a norma brasileira NBR 15749; (4) Operação via tablet aumentando a segurança durante a realização dos testes; (5) Sistema alimentado por baterias com grande autonomia de uso; (6) Projetado em conformidade com a norma internacional de segurança IEC 61010-1, CAT IV. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

PD-00047-0092/2022 – Cabeça de Série Torre de Emergência Móvel para Linhas de Subtransmissão em 69 e 138kV. Consiste no desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis e aprimoramento de tecnologia para uso de torres de emergência móveis em redes de subtransmissão. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern, Neoenergia Brasília e Neoenergia Pernambuco.

Em 2020 e 2021, não houve encerramento de projetos.

Em 2022 foram encerrados 03 projetos de P&D, sendo eles: (i) PD-00047-0088/2019 - GODEL - de Sensor Inteligente para Redes Elétricas de 69kV; (ii) PD-00040-0023/2018 – Lote Pioneiro do Aferidor de Medidores de Energia Elétrica sem Interrupção no Fornecimento; (iii) PD-00047-0084/2019 – Lote Pioneiro de Equipamento para Identificação e Cadastro de Equipamentos de Redes de Distribuição de Energia Elétrica. Estão em andamento os 08 projetos, listados a seguir: (i) PD-00385-0071/2019 - Desenvolvimento de Equipamento para Poda de Árvores próximas a Redes de Distribuição de até 46 kV com Controle Remoto; (ii) PD-00385-0070/2019 – Transformação Digital da Experiência do Cliente Neoenergia; (iii) PD-00043-0119-2019 – Ferramentas de apoio à Operação de Sistemas Elétricos de Potência em Tempo Real; (iv) PD-00043-0087-2019 – Aplicações Ambientalmente Sustentáveis da Mobilidade Elétrica para a Ilha de Fernando de Noronha; (v) PD-00047-0087-2019 – Criação de Corredor Verde no Nordeste e Postos de Carregamento Urbano para Avaliação do Desempenho de Veículos Híbridos e Elétricos; (vi) PD-00385-0069-2019 – Desenvolvimento de Caminhão Elétrico para Manutenção de Redes de Distribuição de Energia; (vii) PD-00043-0121/2020 – Sistema de Medição da Resistência de Aterramento em Subestações Usando Fonte de Injeção de Corrente; e (viii) PD-00047-0092/2021 – Cabeça de Série da Torre de Emergência Móvel para Linhas de 69 e 138kV.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais investidos pela Neoenergia Cosern nos novos produtos, corresponderam aos seguintes valores:

Em 2022, R\$ 7.364.630,93

Em 2021, R\$ 4.362.357,26

2.10 Planos de negócios

Em 2020, R\$ 2.253.404,80

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2022, a empresa avançou para a definição e divulgação das metas a serem alcançadas em 2025 e em 2030, previamente aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 19/07/2022 e arquivado na CVM e site de RI (<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/2aec7c3f-0df1-4df1-967a-66ab1030fc14/1f9f2306-ee8d-fe27-a895-6818ce5903da?origin=1>). As metas consideram os temas avaliados como materiais para a gestão sustentável e o compromisso com os ODS.

A execução da estratégia ESG+F gira em torno de três pilares, reforçando que os temas estão integrados à estratégia e ao modelo de negócios da Neoenergia:

- ✓ Desempenho ambiental, o combate à mudança climática e a preservação e recuperação da biodiversidade, por meio das políticas de meio ambiente;
- ✓ Compromisso social, que se manifesta nas políticas sociais;
- ✓ Normas e políticas de governança corporativa.

As iniciativas seguem a Política Geral de Desenvolvimento Sustentável da Neoenergia, que determina os princípios gerais e fundamenta as bases que devem reger a estratégia de sustentabilidade. Dessa forma, a Neoenergia busca garantir que todas as atividades corporativas e de negócios se comprometam e promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de interesse (clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, órgãos reguladores, governos e comunidades impactadas pelos seus negócios), retribuindo de forma equitativa a todos aqueles que contribuem para o êxito de seu projeto.

Consistente com seu modelo de negócios sustentável, a Neoenergia está posicionada como um dos principais e pioneiros grupos empresariais do Brasil com financiamento ESG. Tudo isso com o triplo objetivo de (i) alinhar sua estratégia financeira com seu propósito, valores e estratégia de investimento, (ii) otimizar o custo de sua dívida e (iii) diversificar suas fontes de financiamento, transformando a sustentabilidade em um meio e fim ao mesmo tempo pela força financeira que busca e pela qual se caracteriza.

A Neoenergia vinculou sua estratégia de negócios e sustentabilidade aos ODS desde sua definição e, em 2018, aprovou a reformulação do seu Sistema de Governança Corporativa cujo principal objetivo era formalizar o compromisso do grupo com essa agenda, destacando a contribuição para o cumprimento do dividendo social gerado pela sua atividade empresarial.

A Neoenergia concentra seus esforços nos ODS nos quais sua contribuição é mais relevante:

- no fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7); e
- na ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13).

A Neoenergia mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). A Neoenergia segue signatária dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Em linha com tais objetivos, e tendo em vista a tendência global de transição energética, com aumento da demanda por energia limpa, com o mercado de carbono em processo de regulamentação mundial e os incentivos a produtos e serviços com baixa pegada de carbono, a companhia busca exercer um protagonismo nesse movimento, fortalecendo e ampliando o segmento de energias renováveis (eólica e solar).

Seguimos trabalhando em parcerias estratégicas para fomentar novas tecnologias, descarbonização e soluções industriais limpas. Assinamos memorandos de entendimento com empresas e governos estaduais para no médio e longo prazo desenvolver projetos de hidrogênio verde e eólica offshore, e temos participado ativamente da construção da regulamentação dessas soluções energéticas no país.

Além do esforço na execução de projetos sustentáveis, a Neoenergia reformulou seu Sistema de Governança e Sustentabilidade em torno de critérios ESG+F (environmental, social and governance + financial, ou, na tradução para o português, aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa, mais

2.10 Planos de negócios

financeiros), tendo emitido seu primeiro título verde em 2019, pela empresa Neoenergia e desde então tem intensificado seu financiamento por meio desse tipo de instrumento, com inúmeras outras emissões, e em seus diferentes aspectos: operações públicas e privadas, dívida sênior e subordinada (títulos híbridos), emitidas da Corporação ou de outras subsidiárias (debêntures verdes da Neoenergia).

Em dezembro de 2021, a Neoenergia assinou um empréstimo verde de 200 milhões de euros com o BEI para financiar projetos renováveis no Brasil, elevando o valor total financiado pelo BEI para a Neoenergia no final de 2021 para € 457 milhões.

No final de 2022, o Grupo Neoenergia tinha um total de 19 títulos verdes emitidos pela Corporação no valor total aproximado de 10 bilhões de reais, destinados ao financiamento de projetos renováveis e de transmissão ou distribuição no Brasil.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Exercício de 2022

Em 2022, adotamos a opção de trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exerçam atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia de Covid-19 nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar o Grupo Neoenergia à realidade do mercado de trabalho.

Exercício de 2021

Gradativamente, em Setembro/2021 iniciamos o retorno ao trabalho de forma híbrida, e em Dezembro/2021 já estávamos com 100% dos colaboradores em trabalho presencial, sempre enfatizando nosso cuidado à saúde e bem estar de todos, e praticando todos dos protocolos necessários à prevenção contra a Covid.

No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve um aumento de 4,1% em relação a 2020. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combate à pandemia de Covid-19, que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

Medidas associadas à Covid-19

Restrições operacionais temporárias para distribuidoras

Foi publicada em 26 de março de 2021 a Resolução Normativa ANEEL nº 928/2021, impondo restrições operacionais para preservar a segurança do atendimento aos consumidores devido à pandemia. As principais medidas adotadas foram a vedação da suspensão do fornecimento para determinados grupos de consumidores (residencial baixa renda, usuários de equipamentos vitais, entre outros), a suspensão do prazo nonagesimal para corte do fornecimento (todos os consumidores), e a postergação do pagamento pelas distribuidoras das compensações por violação dos limites de continuidade individuais e de conformidade de tensão. A resolução, que tinha vigência inicial até 30 de junho de 2021, foi prorrogada até 30 de setembro de 2021 por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 936/2021, de 15 de junho.

Reequilíbrio das distribuidoras

Foi divulgada em 23 de novembro de 2021 a Resolução Normativa ANEEL nº 952/2021, que trata da correção dos desequilíbrios econômicos decorrentes da pandemia, do estabelecimento da metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a crise sanitária e da definição dos critérios para ressarcimento aos consumidores de custos associados à operação de crédito da Conta-Covid em 2020.

Medidas associadas à Crise Hídrica

Criação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) – jun/21
A Medida Provisória nº 1.055 instituiu a CREG, que teve como competência a definição das diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para a operação dos reservatórios das usinas hidrelétricas do País, envolvendo definições para limites de uso, armazenamento e vazão, preservando as competências dos órgãos e entidades responsáveis pela implementação das diretrizes. A vigência da CREG foi até 30/12/2021.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Programa de Resposta à Demanda – ago/21

O programa já existe desde 2017, mas em agosto de 2021 o MME o instituiu para unidades consumidoras do SIN, de forma a recompensar os cidadãos que reduzirem em até 10% o consumo, com um bônus de R\$ 50 para cada 100 kWh economizados. O programa teve duração até dezembro de 2021 e foi válido para aqueles que reduziram o consumo entre 10% e 20%.

Bandeira Tarifária de Escassez Hídrica – set/21

Criada para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, a bandeira Escassez Hídrica foi estabelecida em R\$14,20 a cada 100 kWh consumidos e passou a valer para todos os consumidores de setembro/21 a abril/22, com exceção dos beneficiários da tarifa social.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. **se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia, como parte integrante do Grupo Neoenergia, conta com uma Política Geral de Gestão de Risco Corporativo, cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração da Neoenergia em 17 de abril de 2023, que define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia. Essa atualização inclui em todas as políticas o Risco de ESG+F (Environmental, Social, Governance and Financial Materiality, "ESG+F", sua sigla em inglês), que engloba os aspectos ambientais, sociais e de governança, alinhados com os compromissos ESG divulgados pela Companhia ao mercado no ano de 2022.

A Política Geral de Gestão de Risco Corporativo é o marco de gestão de risco corporativo da Companhia e define os princípios básicos, diretrizes e estrutura para gestão de riscos para o grupo Neoenergia e é complementada pelas políticas de risco corporativas e políticas de riscos para os negócios, também aprovadas pelo Conselho de Administração. No âmbito do negócio, o grupo Neoenergia possui a (i) Política de Risco do Negócio Liberalizado, dos riscos que contemplam as atividades de geração termelétrica e a comercialização de energia; (ii) Política de Risco do Negócio de Renováveis, dos riscos que contém as atividades de geração hidráulica, solar e eólica e (iii) Política de Risco para o Negócio de Redes, dos riscos que englobam as atividades de distribuição e transmissão de energia. As políticas corporativas contemplam: Riscos Financeiros, Riscos de Crédito, de Investimento, de Compras, Riscos de Mercado de Energia, Riscos Operacionais de Transações de Mercado, de Seguros, Risco Reputacional, TI, Cibersegurança, Ações em Tesouraria e Saúde e Segurança no Trabalho.

No início de 2023, as 16 políticas vigentes foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, tendo seus limites e referências atualizadas.

b. **Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos, quando houver, incluindo:**

O objetivo da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo é estabelecer as diretrizes, princípios e responsabilidades para a gestão de riscos, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

De forma complementar, as políticas de risco para os negócios e corporativas de risco definem regras, procedimentos, níveis de exposição, indicadores e limites de risco específicos, conforme descrito a seguir.

- Política de Risco de Mercado de Energia: estabelece os princípios e diretrizes para controle e gestão dos riscos de mercado de energia nas atividades de Geração, Distribuição e Comercialização de energia, tanto no mercado regulado quanto no mercado livre, sobre atualização periódica das variáveis para determinação da demanda de energia, ao cumprimento dos limites regulatórios do nível de contratação de energia, ao controle da exposição a preço das geradoras no caso de indisponibilidade, variabilidade, falta de lastro e risco hidrológico.
- Política de Risco de Crédito: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão de risco de crédito de todas as transações sujeitas a exposição junto a contrapartes que possa gerar perdas no caso de descumprimento de obrigações contratuais, com destaque para contrapartes em operações financeiras e contrapartes comerciais, em especial nos negócios de comercialização e geração, bem como junto a seguradoras, prestadores de serviço e fornecedores. Estabelece, ainda, regras sobre limites para cada contraparte de acordo com a sua capacidade de crédito, garantias, recuperação de valores vencidos, diversificação de contrapartes.
- Política de Riscos Financeiros: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão de riscos de financeiros, com destaque para regras e limites sobre mitigação de risco cambial e de taxas de juros, instrumentos para gestão de liquidez e solvência, estratégia de ALM, avaliação de *hedges* naturais, covenant regulatório de sustentabilidade econômico-financeira, diversificação de instrumentos de dívida, volume de caixa mínimo e utilização de instrumentos derivativos.
- Política de Seguros: estabelece os princípios e diretrizes para controle e gestão de seguros com o objetivo de mitigar a exposição do Grupo Neoenergia contra os seus riscos operacionais, de construção, cibernéticos e de responsabilidade civil.
- Política de Risco Operacional em Transações de Mercado: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos operacionais das transações de mercado relacionados à gestão de energia e de tesouraria do Grupo Neoenergia, que possam gerar prejuízos econômicos diretos ou indiretos resultantes de procedimentos internos inadequados, falhas tecnológicas, eventos externos ou internos, erro humano ou

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

fraude em operações de mercado.

- Política de Investimentos: estabelece os princípios e diretrizes para análise, acompanhamento, controle da gestão dos riscos associados aos novos projetos de investimento e desinvestimento do grupo Neoenergia.
- Política de TI: define a gestão integrada que permite um enfoque tecnológico global e procura assegurar uma adequada gestão das tecnologias de informação e os riscos associados, mantendo um equilíbrio entre a geração de benefícios, a otimização dos níveis de risco e o uso eficiente dos recursos.
- Política de Cibersegurança: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos derivados de ameaças e vulnerabilidades dos sistemas de controle ou sistemas de informação e comunicações do grupo Neoenergia ou de qualquer outro ativo que faça parte da ciberinfraestrutura do grupo, incluindo os ativos de informação.
- Política de Risco Reputacional: estabelece os princípios e o marco para gestão do risco de reputação e imagem, com potencial impacto negativo no valor do grupo Neoenergia devido à conduta, comportamento e posicionamento da empresa em desacordo com as expectativas criadas pelos diversos grupos de interesse.
- Política de Compras: estabelece o controle e gestão dos riscos associados aos processos de compras em geral, incluindo o risco crédito, do negócio, regulatório, operacional, reputacional e cibersegurança em todo o grupo Neoenergia, com especial ênfase no cumprimento dos compromissos éticos e de sustentabilidade do grupo, relacionados aos seus fornecedores. Adicionalmente, atribui as responsabilidades e a delegação de autoridade em cada etapa do processo de compras, garantindo uma segregação adequada de funções e o pleno respeito da organização corporativa.
- Política de Ações em Tesouraria: estabelece os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e a gestão de riscos das operações com ações de emissão da Neoenergia, realizadas diretamente pela Companhia.
- Política de Saúde e Segurança no Trabalho: estabelece os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e a gestão de riscos de saúde e segurança. Esta política enfatiza a importância do tema, baseando-se em alguns princípios básicos: saúde e segurança devem ser prioridade, conscientização de todos os colaboradores sobre saúde e segurança no trabalho, vigilância contínua e adequação do colaborador no seu posto de trabalho, melhoria contínua, com obtenção e manutenção de certificações relacionadas à saúde e segurança, cumprimento dos marcos legislativo, laboral, tecnológico, além de normativos internos, exigência do cumprimento das normas de saúde e segurança estabelecidas pelo grupo Neoenergia por parte dos contratados terceirizados e fomentar a cultura de prevenção, adotando as melhores práticas internacionais.
- Política de Riscos do Negócio Liberalizado: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de geração térmica e comercialização de energia, com destaque para diretrizes específicas de risco em gestão de energia nos ambientes de contratação livre. Estabelece ainda limites e regras para mitigação do risco hidrológico, *benchmarking*, risco financeiro e de volume para a exposição do portfólio de energia do grupo.
- Política de Risco para o negócio de Redes: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de distribuição e transmissão de energia, com destaque para diretrizes específicas e limites de risco relacionadas ao nível de contratação de energia, aos índices dos processos de unitização, investimentos e gastos para eficiência na revisão e reajuste tarifário, ao índice de inadimplência e perdas, ao volume de investimentos, à qualidade do serviço aos respectivos covenants regulatórios de qualidade, à operação e manutenção da rede e à gestão de empresas prestadoras de serviços, dentre outros.
- Política de Risco do Negócio de Renováveis: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de geração de energia renovável, com destaque para diretrizes específicas de risco em gestão de energia nos ambientes de contratação livre e regulado, em operação e manutenção e em novos investimentos, índices de disponibilidade, ressarcimento, variabilidade dos recursos, revisão de garantia física, dentre outros.

i. Riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos aos quais a Companhia pode estar exposta e buscam gerir, mitigar e proteger envolvem:

- Negócio: Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à incerteza das variáveis intrínsecas ao negócio, como por exemplo, o balanço de oferta/demanda de energia elétrica, a hidrologia e a estratégia dos demais agentes.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Financeiro:** Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à exposição a variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de câmbio, taxas de juros, preços de commodities, preços e taxas de ativos financeiros, dentre outros.
- **Mercado de Energia:** entendido como a exposição dos resultados e patrimônio do grupo às variações de preços e de outras variáveis de mercado, como por exemplo, movimentos adversos nos preços de energia no curto e longo prazo e aos efeitos de outros fatores e riscos que impactem os preços de energia.
- **Crédito:** Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido ao não cumprimento de obrigações financeiras e contratuais de contrapartes, como inadimplência ou não performance dos contratos existentes.
- **Liquidez:** Possibilidade de a Companhia ser incapaz de honrar seus compromissos e obrigações financeiras nos respectivos vencimentos, ou ainda de haver restrições no mercado para obtenção de recursos e financiamento para suas atividades.
- **Governança:** Perseguir o atingimento dos objetivos corporativos e a maximização, de forma sustentável, de seu valor econômico no longo prazo, em conformidade com seu interesse corporativo, sua cultura e visão corporativa, levando em conta o interesse legítimo, público ou privado, que permeia todas as atividades de negócio, particularmente entre os diferentes grupos de interesse como as comunidades e territórios onde atua a Companhia e seus profissionais. Para tanto, é imprescindível o cumprimento de um sistema de governança corporativa, integrando os Estatutos Sociais, propósito e valores do grupo Neoenergia, o Código de Ética, políticas corporativas e as normas de governança corporativa, aprovados pelos órgãos competentes das companhias, e alinhado às melhores práticas de mercado para governança.
- **Regulatórios e políticos:** Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à criação ou alteração de normas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças e descumprimento parcial ou total dos contratos, risco legal ou de fraude.
- **Operacionais, tecnológicos, ambientais, sociais e legais:** Possibilidade de ocorrência de perdas econômicas ou financeiras, diretas ou indiretas, resultantes de processos internos inadequados, falhas tecnológicas, erros humanos, de sistemas ou ainda de certos eventos externos, incluindo o impacto econômico, social, ambiental e reputacional, bem como o risco legal e de fraude. Esses riscos incluem ainda aqueles associados à tecnologia da informação e à segurança cibernética, bem como risco de obsolescência tecnológica, dentre outros.
- **Reputacionais:** potencial impacto negativo no valor do grupo Neoenergia devido à conduta, comportamento e posicionamento da empresa em desacordo com as expectativas criadas pelos diversos grupos de interesse, incluindo os comportamentos ou condutas relacionadas à corrupção.
- **ESG+F (Environmental, Social, Governance and Financial Materiality, “ESG+F”, sua sigla em inglês):** conjunto de riscos relacionados aos aspectos ambientais, sociais e de governança com potencial impacto no desempenho econômico-financeiro, bem como sua reputação. Esta avaliação englobará, sem se restringir a estes aspectos, o engajamento dos stakeholders, matriz de materialidade, sustentabilidade da cadeia de valor, avaliações e planos de ação relacionados a risco de mudança climática, biodiversidade, meio ambiente e responsabilidade social, bem como o risco de não atendimento às obrigações regulatórias estabelecidas pela CVM, B3 e demais órgãos competentes aplicáveis.

A Companhia, na gestão do negócio, analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com a Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e demais políticas aplicáveis.

Além disso, também se considera como mecanismos de proteção quanto aos riscos descritos no item 4.1 o monitoramento periódico dos limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração, a execução e acompanhamento das ações contínuas e dos planos de mitigação dos riscos, com reporte periódico de tais informações aos fóruns competentes, com destaque para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria e os demais comitês ou comissões relacionadas à atividade de gestão de riscos na Companhia.

ii. Instrumentos utilizados para proteção

A gestão dos riscos é resultado do processo de identificação dos riscos que é realizado junto às áreas responsáveis, planos de Curto e Longo Prazo e Objetivo Corporativos da Companhia.

Após sua identificação, os riscos são classificados de forma padronizada de acordo com as seguintes características: categoria; relevância; evolução em relação ao período anterior; descrição dos fatores de risco; horizonte de tempo; impacto; probabilidade de ocorrência; e ‘dono’ do risco.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Com a identificação e classificação dos riscos, são discutidos e propostos indicadores, ações de mitigação, planos de ação e os respectivos gestores. A consolidação dessas informações compõe o mapa de riscos que são segregados em curto e longo prazo, encaminhado para apreciação da Diretoria, periodicamente.

A Superintendência de Gestão de Riscos tem a função de monitorar a evolução, os impactos e a probabilidade de ocorrência dos riscos, o que inclui o acompanhamento das ações de mitigação e planos de ação.

O Conselho de Administração aprova anualmente os limites de riscos que são parte integrante das políticas de risco aprovadas para a Companhia ou negócios específicos.

Especificamente em relação à eventual exposição a situações que infrinjam a legislação anticorrupção ou de combate à lavagem de dinheiro, em virtude das relações da Companhia com autoridades, órgãos reguladores e a administração pública em geral, a Companhia conta com um programa de integridade, aplicado irrestritamente a todas as empresas do grupo Neoenergia, mantido e gerido por uma Superintendência de Compliance corporativa, subordinada hierarquicamente ao Conselho de Administração da Neoenergia, por meio do Comitê de Sustentabilidade, dotada de independência e autonomia, responsável por estabelecer medidas de prevenção a riscos de corrupção e prática de atos ilícitos, bem como ações de reação a situações de não conformidade porventura identificadas. Dentre essas medidas e ações destacam-se:

- Disponibilização para todos os colaboradores e executivos de todos os documentos de integridade (Código de Ética, políticas e procedimentos de integridade e de combate à corrupção)
- Treinamentos de executivos e colaboradores sobre o Código de Ética, Política Contra a corrupção e a Fraude e Política de Prevenção de Delitos, com o objetivo de fortalecer uma cultura de integridade e de tolerância zero em relação à corrupção e atos ilícitos. No ano de 2022, 15.652 colaboradores do Grupo Neoenergia, incluindo colaboradores da Companhia participaram de ações de treinamento e comunicação sobre o Código de Ética e o Sistema de Compliance da Companhia, sendo que 1055 são líderes e tiveram treinamento específico do Código de Ética para liderança
- Avaliação de riscos de corrupção e prática de delitos, envolvendo a identificação, qualificação, mitigação e monitoramento dos riscos de *compliance* a que a empresa está exposta;
- Processos de due diligence de fornecedores e em doações e patrocínios
- Processos de avaliação de risco de compliance em operações de M&A.
- Procedimentos específicos para relacionamento com agentes públicos, conforme disciplinado na Norma de Relacionamento com o Poder Público;
- A Companhia possui um canal de denúncias, anônimo e independente, gerido externamente por empresa especializada, que pode ser utilizado por todos os profissionais do grupo Neoenergia e pelo público externo, e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias ao Código de Ética, às políticas de integridade e à lei;
- Procedimentos de investigação: A Companhia possui uma estrutura para identificar condutas irregulares e proceder com as investigações para apurar os fatos, bem como para aplicar eventuais medidas disciplinares cabíveis, além de recomendar aprimoramentos nos processos para a eliminação de não conformidades;
- Canal de consultas éticas para colaboradores: Ferramenta disponível para esclarecer rapidamente as dúvidas de todos os profissionais da Companhia relacionadas à aplicação do Código de Ética e demais documentos de integridade;
- Cláusula anticorrupção e procedimentos de due diligence de fornecedores: Além do Código de Ética, a Companhia também adota um modelo de cláusula anticorrupção para seus contratos e procedimentos de due diligence de integridade para relacionamento com fornecedores, por meio de Questionário de Integridade, pesquisas e reputacionais e classificação de risco, conforme estabelecido na Política de Compras e no Procedimento de Due Diligence de Fornecedores.

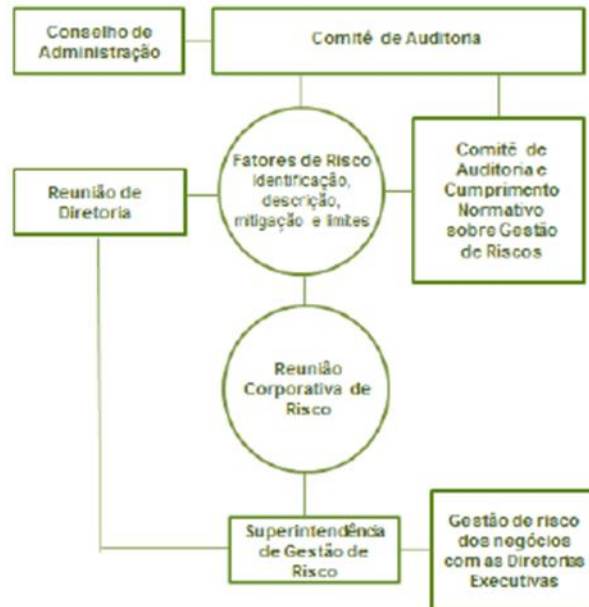
Em 2022 o Canal de Denúncias da Companhia recebeu 109 relatos, sendo que destes relatos 42 foram classificados como denúncias fora de escopo e 67 foram admitidos a trâmite pela Superintendência de Compliance. Nenhum dos relatos recebidos, contudo, apontou condutas que, ainda que potencialmente, violassem: i) a Lei nº 12.846/2013 – Lei da Empresa Limpa; ii) Lei nº 9.613/1998 – Lei de Lavagem de Dinheiro; iii) Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa; ou iv) Lei nº 13.260/2016 – Lei de Combate ao Terrorismo ou o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) ou o UK Bribery Act. O tratamento dos relatos considerados como procedentes contemplou mudanças nos processos internos para mitigação de riscos e aplicação de medidas disciplinares, conforme cada caso.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Por fim, a Auditoria Interna realiza uma supervisão independente e objetiva de avaliação, destinada a agregar valor e melhorar as operações da organização, por meio do aprimoramento dos instrumentos destinados à gestão de riscos, controles internos, compliance e processos de governança.

iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de risco da Neoenergia conta com estrutura corporativa:



Atribuições:

- **Conselho de Administração:** responsável pela aprovação da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e suas atualizações, das Políticas Específicas de Gestão de Riscos; e seus respectivos limites de risco, bem como pelo acompanhamento periódico da evolução dos indicadores de risco.
- **Comitê de Auditoria:** responsável por análises, recomendações e acompanhamento da evolução dos indicadores de risco a fim de suportar as decisões do Conselho de Administração;
- **Reunião de Diretoria:** responsável pela aprovação dos mapas de riscos estratégicos; pela gestão e acompanhamento da evolução dos indicadores de risco; por garantir o alinhamento entre a estratégia organizacional e a gestão de riscos; pela integração da gestão de riscos aos objetivos estratégicos da Companhia e dos negócios do Grupo.
- **Reunião Corporativa de Risco:** fórum responsável pela exposição dos fatores riscos, avaliação dos mapas de riscos estratégicos, acompanhamento dos limites, indicadores e plano de ação.
- **Superintendência de Gestão de Riscos:** reporta-se ao Diretor de Finanças e de Relação com Investidores e é responsável por atualizar, coordenar e implantar as políticas de gestão de riscos; elaborar os mapas de riscos estratégicos em conjunto com os pontos focais dos riscos; definir, acompanhar e controlar os indicadores, limites e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e corporativas; elaborar os relatórios de acompanhamento para a Diretoria, Comitê de Auditoria e para o Conselho de Administração; buscar melhorias contínuas do processo de gestão de riscos e disseminar a cultura de gestão de riscos na Companhia.
- **Áreas de negócios e corporativas:** responsável por auxiliar na elaboração dos mapas de riscos estratégicos; pela proposta, acompanhamento e cumprimento dos indicadores e limites de riscos estabelecidos; pela proposta, execução e controle dos planos de ação e estratégias de mitigação de riscos aprovados nas alçadas competentes; por agir proativamente na gestão e mitigação dos riscos, assegurando o papel da área de negócio como a primeira linha de defesa na gestão e controle dos riscos; pelo acompanhamento constante das condições externas de forma a antecipar e mitigar riscos que possam gerar impactos negativos para o grupo.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Adicionalmente, a gestão de risco corporativo é complementada pela estrutura organizacional de Governança, Riscos, Compliance e Controles Internos da Companhia, que inclui:

- I. As superintendências de Auditoria Interna, de Compliance e de Controles Internos do Grupo e de suas controladas, que garantem o monitoramento sistemático do cumprimento das políticas e estratégias estabelecidas.



Estas superintendências, em conjunto com a superintendência de Gestão de Risco Corporativo e as áreas de negócios e corporativas, complementam e fortalecem a estrutura de gerenciamento de riscos criando três linhas de defesa:



Neste modelo, as áreas de Negócio responsáveis pelas atividades de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia, bem como as áreas ou funções corporativas, constituem a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos; as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidades estabelecidas pela Administração (Risco Corporativo, Controles Internos e *Compliance*) são a segunda linha de defesa; e a avaliação independente feita pela Auditoria Interna é a terceira linha de defesa.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

A Administração da Companhia entende que sua estrutura operacional está adequada para garantir o cumprimento das diretrizes da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo, além de considerá-la alinhada às melhores práticas de mercado.

A gestão dos riscos permeia todos os níveis hierárquicos do grupo Neoenergia e envolve as superintendências de Auditoria Interna, Controles Internos e Compliance, além de todas as áreas de negócios ou corporativas definidas como responsáveis por cada risco mapeado.

Cabe destacar ainda que Auditoria Interna é responsável por verificar o cumprimento das políticas e demais normativos da Companhia associados ao plano anual de trabalhos, que se baseia em riscos. O plano anual de trabalhos da Auditoria Interna é referendado pelo Comitê de Auditoria visando apoiar a realização dos objetivos estratégicos da Companhia e é posteriormente aprovado pelo Conselho de Administração, incluindo tópicos e normativos relacionados à gestão de riscos, tais como:

- Auditoria sobre os controles de monitoramento dos limites e indicadores das políticas de riscos;
- Auditorias anuais relativas ao cumprimento do Código de Ética; e
- Revisão semestral do funcionamento dos controles mais críticos do Sistema de Controle Interno sobre a Informação Financeira.

A Auditoria Interna está estruturada para testar o cumprimento das diretrizes e políticas, enquanto a área de Controles Internos está estruturada para garantir o controle dos riscos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, onde ocorre a divulgação específica das estratégias envolvendo derivativos. Além disso, auxilia as áreas de negócio na identificação da necessidade de criação e melhoria de controles, bem como a eficiência e eficácia dos processos administrativos e operacionais. Os resultados dessas auditorias são reportados diretamente ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da empresa.

O Comitê de Auditoria tem como objetivo assegurar que as atividades da auditoria interna estejam alinhadas com os objetivos da Companhia, por meio da definição de diretrizes políticas de atuação e aprovação do plano de auditoria. Também compete ao Comitê a revisão das deficiências de Controles Internos apontadas nos relatórios de auditoria e a análise das medidas de correção adotadas, bem como acompanhamento e atuação na regularização dos pontos de auditoria.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e da Política de Risco de Crédito.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

A Companhia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria Executiva de Controle Patrimonial e Planejamento. Juntamente com três outras Superintendências: Riscos, Compliance e Auditoria Interna, atua nas tratativas dos temas correlatos.

A Companhia implementou e mantém um ambiente de controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras e não financeiras, adotando como principal referência o modelo do COSO 2013 - Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission. Tal referência é utilizada no âmbito de todas as empresas do grupo, considerando a análise de materialidade das demonstrações financeiras e os princípios e boas práticas de governança corporativa e sustentabilidade.

O ambiente de controles internos é suportado por sistemas, os quais proporcionam maior segurança e confiabilidade aos processos. Dentre os diversos sistemas periféricos que também possuem controles automatizados implementados, destacamos o sistema de gestão SAP-R3 com seus módulos principais e o SAP-BPC responsável pela consolidação das contas contábeis, que gerenciam um número elevado dos controles automatizados. Para assegurar a adequada segregação de função e as premissas de aprovação adotadas pela Administração, a Companhia possui a norma de limites e alçadas documentada e implementada no sistema SAP R3.

Os perfis de acesso estão parametrizados no sistema SAP, e os conflitos mapeados e controlados por meio de ferramenta específica SAP-GRC.

Para a criação, liberação e alteração de perfil, existe um fluxo de aprovação envolvendo os líderes de área, proprietários das informações, usuários chave, Controles Internos e TI.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Superintendência de Controles Internos da Companhia tem a atribuição de auxiliar a Administração no desenho e implantação dos controles sobre as demonstrações financeiras, além de outros indicadores financeiros e não financeiros, baseado no relatório de sustentabilidade, seguindo as melhores práticas de mercado.

Para tanto, foi elaborada uma metodologia e regimento de trabalho visando envolvimento das áreas de negócio, padronização e qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Os controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros e não financeiros destinam-se ao oferecimento de garantias com relação à preparação e à apresentação adequada das demonstrações financeiras publicadas e o relatório de sustentabilidade (GRI). Assim como ocorre em qualquer sistema de controles internos e devido às suas limitações inerentes, o controle interno sobre os relatórios financeiros e não financeiros eventualmente poderá não impedir ou detectar declarações inverídicas.

Com relação aos controles para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras, a Companhia adota em seu modelo de controles internos as referências do COSO 2013, utilizando ferramenta de apoio informatizada e online para sua documentação, monitoramento e certificação das informações financeiras e controles, conferindo transparência e confiabilidade aos números da Companhia. Além destes controles, são realizados diversos trabalhos de mapeamento de processos e desenho de controles, visando à melhoria contínua e a maior confiabilidade dos processos.

A efetividade dos controles internos é testada pela área de Auditoria Interna da Companhia. Os testes são realizados seguindo a metodologia estabelecida pela Auditoria Corporativa do Grupo Neoenergia. Os resultados destes testes contribuem para o fortalecimento da eficiência dos controles, confiabilidade e integridade das informações, bem como para a disseminação da importância destas ações dentro da organização.

5.2 Descrição dos controles internos

Os resultados destes testes contribuem para o fortalecimento da eficiência dos controles, confiabilidade e integridade da informação financeira, bem como para a disseminação da importância destas ações dentro da organização.

Vale ressaltar que em 2022 a Companhia iniciou o desenvolvimento do modelo de controles Internos para suportar a geração e divulgação das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade. O modelo, estrutura e ferramenta, são similares aos utilizados para as informações financeiras.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Na Companhia, a avaliação dos controles internos é conduzida por meio de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento, Diretoria Executiva, Superintendências de Controles Internos, Riscos e Compliance, além da Auditoria Interna e áreas de negócio. Compete ao Conselho de Administração ter ciência das deficiências significativas e fraquezas materiais encontradas no ambiente de controles internos da Companhia validando as ações cabíveis para mitigação das deficiências encontradas. O Conselho Fiscal é um órgão ligado aos acionistas, cuja competência é, dentre outras, fiscalizar as ações praticadas pelos administradores, opinar sobre as contas da Companhia (incluindo, mas não se limitando, a demonstrações financeiras e modificações de capital) e acompanhar a evolução dos tratamentos de GAP's levantados pelos Auditores Independentes e Auditores Internos.

Cabe ao Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento, em especial ao Comitê de Auditoria e Conselho, assessorar o Conselho de Administração, principalmente nos seguintes temas referentes ao ambiente de controle: (i) acompanhamento da implantação e execução de controles para mitigação dos riscos de negócio; (ii) acompanhamento da implantação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes; (iii) ter conhecimento dos trabalhos conduzidos pela área de Compliance relacionados com eventuais condutas financeiras irregulares ou indevidas, (iv) aprovação do plano de trabalho da Auditoria Interna. Ao Comitê de Sustentabilidade compete a supervisão das atividades da Superintendência de Compliance em relação ao cumprimento normativo e condução do Sistema de Compliance, bem como avaliação do plano de trabalho dessa Superintendência.

A Diretoria Executiva, em relação ao ambiente de controle, tem como principais atribuições: ter ciência, propor e/ou autorizar e acompanhar a implantação e execução dos controles para mitigação dos riscos de negócio, e acompanhar a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes.

Reitera-se que a Companhia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria Executiva de Controle Patrimonial e Planejamento e comunica mensalmente a alta administração uma síntese do ambiente de controle do Grupo. Existem ainda três outras Superintendências, as quais sejam, (i) Riscos, que se reporta à Diretoria Executiva de Finanças e Relações com Investidores, (ii) Compliance, que se reporta ao Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Sustentabilidade e, (iii) Auditoria Interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, sendo que tais Superintendências atuam em conjunto para as tratativas dos temas correlatos. Abaixo estão listadas as principais atribuições de cada uma.

Superintendência de Controles Internos: (i) elaborar e executar o plano de trabalho de mapeamento de processos, identificar riscos e desenhar controles para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e não financeiras; (ii) promover semestralmente por parte da alta administração, certificação formal das informações financeiras divulgadas ao mercado. (iii) acompanhar a evolução do ambiente de controle da Companhia, monitorando a implantação e execução dos controles; (iv) reportar trimestralmente o status de controle à Diretoria Executiva e aos órgãos de assessoramento do Conselho de Administração por meio de relatórios e apresentações.

Superintendência de Gestão de Riscos: (i) identificar, avaliar e monitorar riscos em consonância com o COSO-ERM (COSO II) e a ISO 31000; (ii) conduzir o processo de elaboração e atualização

5.2 Descrição dos controles internos

do mapa de riscos estratégicos da Companhia em conjunto com os pontos focais dos riscos, recomendando ações mitigatórias; (iii) acompanhar e controlar os indicadores, limites e planos de ação para os riscos identificados; (iv) buscar melhorias contínuas no processo de gestão de riscos; (v) suportar o processo de atualização das políticas de riscos, e (vi) disseminar a cultura de gestão de riscos na Companhia e nas suas controladas.

Superintendência de Compliance: (i) elaborar e manter o programa de integridade em conformidade com o Sistema de Compliance da Neoenergia; (ii) avaliar as violações ao Código de Ética e demais normativos de compliance; (iii) elaborar políticas e normas de compliance, (iv) identificar e conduzir ações de mitigação para os riscos de corrupção e fraude na Companhia, v) avaliar riscos e aspectos reputacionais de fornecedores e executivos; vi) conduzir processos de certificação e validações externas do Programa de Integridade, em alinhamento com as melhores práticas de compliance; vii) elaborar o relatório anual das atividades de Compliance e prevenção de delitos.

Superintendência de Auditoria Interna: dentre outras atribuições, (i) planejar e executar o plano anual de trabalho, recomendando controles para o tratamento dos gaps identificados; (ii) monitorar e reportar para a Diretoria Executiva e comitês de assessoramento do Conselho de Administração sobre o acompanhamento e a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes; (iii) elaborar o relatório anual de atividades de Auditoria Interna; (iv) estabelecer diretrizes sobre requisitos de qualidade e promoção de certificações globais, promovendo avaliações periódicas da área de Auditoria Interna e, (v) definir as linhas estratégicas e o dimensionamento da função de Auditoria Interna no âmbito do grupo Neoenergia.

Cabe às áreas de negócio participarem do desenho dos controles, implementá-los e executá-los.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Superintendência de Controles Internos reporta diretamente para o Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento e tem a função de monitorar a implementação de controles sobre as informações financeiras e não financeiras, bem como a execução e qualidade das evidências dos mesmos na Companhia. Os planos de ação para mitigação de riscos são propostos pelo Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento em conjunto com as áreas de negócio e aprovados pela Diretoria Executiva.

Além disso, a evolução da implementação dos planos de ação é acompanhada trimestralmente pela Diretoria Executiva e pelo Comitê de Auditoria por meio do reporte feito pela Superintendência de Controles Internos.

As informações apresentadas à Administração sobre o ambiente de controle demonstram principalmente: (i) percentual de controles implementados e não implementados durante as fases dos projetos de expansão da metodologia aos demais negócios; (ii) percentual de controles executados fora do prazo; (iii) controles executados como não satisfatórios e, (iv) controles com evidências inadequadas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

De acordo com o relatório preparado e encaminhado por nossos auditores independentes, relativo às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas melhorias e deficiências significativas.

A Auditoria Interna realiza avaliações sobre a eficácia dos controles internos baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização. Os resultados dessas avaliações são reportados à alta administração e ao Comitê de Auditoria.

5.2 Descrição dos controles internos

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram identificadas deficiências significativas pela auditoria contratada Deloitte no exercício de 2022. Entretanto, todos os pontos de melhoria identificados nos trabalhos dos Auditores Independentes foram direcionados pela Administração, e o tratamento está sendo realizado pelas áreas de negócio com o acompanhamento da Superintendência de Controles Internos.

5.3 Programa de integridade

5.3 -Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia dispõe de um conjunto normativo que integra seu Programa de Integridade que, baseado no Sistema de Compliance do Grupo Neoenergia, lhe permite prevenir, detectar e sanar condutas inadequadas por parte de seus colaboradores, bem como educá-los e treiná-los para o fortalecimento de uma cultura de integridade.

Destaca-se nesse conjunto normativo os seguintes documentos:

- Código de Ética;
- Política Geral de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
- Política Contra Corrupção e Fraude;
- Política para Prevenção de Delitos;
- Manual de Brindes, Presentes, Hospitalidades e Vantagens;
- Manual de Doações e Patrocínios;
- Política de Compras;
- Política de Risco Reputacional;
- Norma de Limites e Alçadas;
- Manual de Relacionamento com o Poder Público;
- Norma de aplicação de medidas disciplinares;
- Procedimento para Conflito de Interesse e Operações Vinculadas;
- Procedimento de Due Diligence de Fornecedores;
- Procedimento de Due Diligence de Investimento/Desinvestimento;
- Procedimento de Investigação Interna de Relatos;
- Regimento Interno da Superintendência de Compliance; e
- Norma Básica de Auditoria Interna.

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Além dos normativos listados acima, o Grupo Neoenergia e a Companhia dispõem de: 1) sistema de reporte para denúncias associado a equipes para investigação interna; 2) procedimentos para consultas, com o objetivo de permitir aos colaboradores esclarecerem dúvidas sobre o Código

5.3 Programa de integridade

de Ética e demais normativos de integridade e sua aplicação no dia a dia; 3) questionários de compliance para fornecedores e proponentes de patrocínios; 4) processo de due diligence para avaliação de fornecedores e beneficiários de doações e patrocínios e processo de due diligence para projetos de investimentos; 5) avaliação periódica de riscos de compliance e de prática de delitos; 6) treinamentos periódicos gerais sobre Código de Ética e prevenção da corrupção e treinamentos específicos de temas de integridade para equipes e, 7) avaliação de integridade e reputacional para colaboradores em cargo de liderança e de conselhos.

A avaliação de riscos de integridade é efetuada ou revisada periodicamente pela Superintendência de Compliance. O Grupo Neoenergia executa diversas atividades com o objetivo de realizar levantamento de riscos de corrupção e prática de delitos, e, assim, atuar na prevenção e melhoria de seu programa de integridade, garantindo sua efetividade.

Ademais, o monitoramento das condutas de seus colaboradores, por meio de verificações pontuais, bem como pelo tratamento das informações recebidas nos canais de consultas e denúncias, proporciona uma análise das situações e permitem a propositura e implementação de melhorias de processos e procedimentos.

Quanto às políticas de integridade, estas são revisadas periodicamente sempre que necessário, considerando o processo de melhoria contínua do Programa de Integridade.

A Companhia obteve em 2021, pela primeira vez, o Selo Pró Ética, outorgado pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. Ademais, a sua Controladora Neoenergia manteve a certificação na Norma ISO 37001 (Gestão de Sistemas Antissuborno), com validade até dezembro de 2023.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para o funcionamento dos mecanismos e procedimentos internos de integridade O Grupo Neoenergia dispõe de uma Superintendência de Compliance, que se reporta ao Conselho de Administração por intermédio de seu Comitê de Sustentabilidade, com independência de atuação e orçamentária, cuja criação foi aprovada formalmente pelo Conselho de Administração, e que tem como principais atribuições: (i) elaborar e manter o programa de integridade, zelando pela efetividade do Sistema de Compliance; (ii) administrar o canal de denúncias e os relatos nele registrados; (iii) investigar e avaliar as violações aos normativos de ética e integridade; (iv) elaborar/revisar políticas e normas de compliance; (v) identificar e conduzir ações de mitigação para os riscos de corrupção e fraude e condutas ilícitas na Companhia; (vi) estruturar e executar treinamentos e comunicações de integridade para os colaboradores da Companhia e, (vii) efetuar due diligences para executivos, conselheiros, fornecedores e projetos de investimento.

O Grupo Neoenergia dispõe de outros órgãos que tem responsabilidades correlatas com o Programa de Integridade, e que interagem com a Superintendência de Compliance: (i) Superintendência de Controles Internos, (ii) Superintendência de Gestão de Riscos e, (iii) Superintendência de Auditoria, cujas atribuições já foram especificadas no item 5.3, alínea “b”.

Também fazem parte da estrutura de monitoramento do funcionamento dos mecanismos e procedimentos de integridade do Grupo Neoenergia os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, em especial ao Comitê de Auditoria, cuja atribuição é assessorar o Conselho de Administração, principalmente nos seguintes temas referentes ao ambiente de controle: (i) acompanhamento da implantação e execução de controles para mitigação dos riscos de negócio; (ii) acompanhamento da implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes; (iii) ter conhecimento dos trabalhos conduzidos pela área de Compliance relacionados à eventual fraude contábil ou financeira e, (iv) aprovação do plano de trabalho da Auditoria Interna.

Além disso, a Diretoria Executiva, em relação ao ambiente de controle, tem como principais

5.3 Programa de integridade

atribuições: ter ciência, propor e/ou autorizar e acompanhar a implantação e execução dos controles para mitigação dos riscos de negócio, e acompanhar a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pela Superintendência de Compliance e os Auditores Independentes.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Neoenergia possui Código de Ética formalmente aprovado pelo Conselho de Administração, cuja última atualização ocorreu em 19 de julho de 2022.

Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:

O Código de Ética se aplica indistintamente a todos os colaboradores do Grupo Neoenergia, independentemente do cargo, posição hierárquica ou tipo vínculo. Aplica-se também aos seus fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

O Grupo Neoenergia possui uma estrutura e previsão normativa para identificar desvios de conduta por meio de investigações, bem como para aplicar eventuais medidas disciplinares cabíveis, além de recomendar aprimoramentos nos processos e procedimentos, a fim de se mitigar o risco de novas ocorrências dos fatos apurados. Na Norma de Medidas Disciplinares também está prevista sanção para não realização dos aceites do Código de Ética e políticas de integridade, bem como, a não realização dos treinamentos obrigatórios de compliance. As sanções previstas e que podem ser aplicadas estão definidas em legislação específica (CLT), e vão desde advertência até demissão por justa causa, a depender da gravidade da conduta, ou ainda rescisão do contrato do executivo ou fornecedor, previsto no próprio Código de Ética e na Norma de Medidas Disciplinares.

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A atual versão do Código de Ética do Grupo Neoenergia foi aprovada no Conselho de Administração da Neoenergia em 19 de julho de 2022 e divulgada na rede interna da Companhia e no website da Companhia e das respectivas empresas do Grupo, na página Governança Corporativa – Propósito, Valores e Código de Ética.

<https://www.neoenergia.com/pt-br/governanca-corporativa/etica-e-integridade/Documents/Codigo-de-Etica-Neoenergia.pdf>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros:

A Companhia possui um canal de denúncias externo, de abrangência interna e externa, gerido por empresa especializada contratada.

ii. Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

O Canal de Denúncias pode ser utilizado por todos os profissionais do Grupo Neoenergia e pelo público externo, e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias a normativos internos (como o Código de Ética e as políticas de integridade) e legislações.

5.3 Programa de integridade

iii. Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé:

O Canal de Denúncias, gerido por empresa especializada seguindo as melhores práticas de mercado, proporciona a preservação da confidencialidade e o anonimato do denunciante. Adicionalmente, o Código de Ética estabelece a regra de não retaliação aos denunciante de boa-fé. A Superintendência de Compliance, que é dotada de autonomia, tem poder para investigar e recomendar medidas disciplinares para eventuais casos de retaliações ou punições contra aqueles que apresentem denúncias ou reclamações.

iv. Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias:

A Superintendência de Compliance é o órgão responsável pela gestão de todo o processo de apuração das denúncias, incluindo a realização de investigações.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não teve casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios envolvendo fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Todas as alterações de Gestão de Risco foram inseridas nos itens anteriores.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Neoenergia Cosern obteve em 2021, pela primeira vez, o Selo Pró Ética, outorgado pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. Ademais, a sua Controladora Neoenergia manteve a certificação na Norma ISO 37001 (Gestão de Sistemas Antissuborno), com validade até dezembro de 2023.

A Companhia integra o Grupo de Trabalho de Combate à Corrupção da Rede Brasil do Pacto Global da ONU.

A Neoenergia e seis de seus negócios foram classificados na edição especial da revista Exame "Melhores e Maiores 2022". Ao todo, 87 empresas do setor foram listadas em 2022. O anuário avaliou empresas de capital aberto ou com dados públicos, considerando critérios de resultados contábeis-financeiros, crescimento das receitas entre o período de 2020 e 2021. A verificação também considerou aspectos relacionados a ações ESG. Ao todo, mil empresas foram consideradas. A metodologia e a avaliação foram realizadas pelo Ibmecc, com participação de um comitê executivo da revista Exame.